



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

**Crise do
Covid
19**

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO 32- Nº 606 - DE 29 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 2020 - R\$ 4,00

Nenhum apoio aos planos de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores

Organizar a luta pelo seguinte programa de emergência:

- 1) Nenhuma demissão. Nenhuma redução dos salários; 2) Pagar um salário mínimo vital, calculado pelo Dieese, aos desempregados e subempregados; 3) Colocar a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS. Que o SUS passe para o controle dos trabalhadores da saúde e dos comitês de bairro a serem criados imediatamente; 4) Criar um plano de obras públicas, começando com a construção de hospitais, escolas e moradias; 5) Suspender o pagamento dos juros da dívida pública. Aplicação do montante de cerca de R\$ 400 bilhões na saúde pública e para a proteção das famílias desempregadas e subempregadas; 6) Decretar um imposto sobre os monopólios, capital financeiro e as grandes fortunas; 7) Abrir empregos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários; 8) Isentar as contas de água, luz, gás e aluguel dos pobres e miseráveis.

Que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes!

Que se coloquem imediatamente por organizar o movimento de resistência!

A defesa do programa de emergência é apenas o ponto de partida para defender a vida dos explorados e avançar a luta pela expropriação revolucionária da grande propriedade dos meios de produção. Ponto de partida para elevar a consciência dos explorados sobre a necessidade de constituir um governo operário e camponês, originado da revolução proletária.

Vencer a paralisia! Não há outro caminho para enfrentar as brutais consequências da crise

O desmonte do “Dia Nacional de Luta”, 18 de março, assinalou ao governo e à burguesia que os explorados não teriam uma resposta própria aos efeitos da pandemia, e não ofereceriam resistência às medidas antioperárias decretadas pelas autoridades.

O temor natural diante da letalidade do coronavírus foi usado como motivo para criar o terror coletivo. Nunca se viu uma campanha tão massiva, persistente e longa como a que têm feito os meios de comunicação monopolizados. Nunca se viram tantas medidas governamentais compulsivas para enclausurar a população. E nunca se viram os explorados tão fragilizados.

O isolamento, certamente, limita o avanço da pandemia, e circunscreve o impacto da contaminação. Contra a experiência cientificamente comprovada, não há argumento. No entanto, deve impulsionar o desemprego e o subemprego, bem como agravar a pobreza, miséria e fome de milhões. Imediatamente, trará grandes dificuldades à maioria pobre e miserável de comprar alimentos e remédios, pagar as contas de aluguel, água, luz e gás. Sabe-se que milhões sobrevivem do comércio informal e do subemprego. Interromper a busca diária do mínimo – ou mínimo do mínimo – significa empurrá-los para a fome.

Bolsonaro prometeu míseros R\$ 200. A negociata com os parlamentares elevou para R\$ 600, que amenizam, mas não cobrem as necessidades mais prementes. Sabe-se que muitos não terão acesso a essa misericordiosa migalha. O Bolsa Família é o mesmo do mesmo.

O governo e o Congresso Nacional deram carta branca para os capitalistas reduzirem jornada e salário. Criou-se uma situação propícia para as demissões e recontrações com salários menores. A intenção do ministro Guedes era a de permitir a suspensão do trabalho por até quatro meses, sem que o empregador precisasse pagar os salários. De tão claro que era o ataque aos assalariados, Bolsonaro teve de recuar, mas prometeu voltar à medida, acompanhada de amplo atenuante.

Não se impõem o confinamento da população e a desativação de parte do comércio, dos serviços e da indústria, sem estancar a economia e provocar um amplo abalo na vida social. O baixo crescimento do ano passado iria se repetir em 2020. Com a pandemia, espera-se uma queda abrupta. Quem sofre é o trabalhador, que não tem outra fonte de existência que não a sua força de trabalho a ser vendida ao capitalista, ou a sua corrida diária na informalidade.

O capitalismo funciona de acordo com as leis econômicas que submetem a força de trabalho à exploração. A maior ou menor taxa de desemprego está condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o seu cho-

que com as relações de produção agudiza, a solução não é protegê-las em detrimento da propriedade privada. Essa possibilidade não existe. Necessariamente, parte das forças produtivas são destruídas, em seu choque com as relações de produção, que se caracteriza pelo domínio dos monopólios na época imperialista. A sobrevivência das relações capitalistas de produção se processa por meio de destruição de forças produtivas. A força de trabalho compõe as forças produtivas, juntamente com os meios de produção. O crescente desemprego estrutural expressa essa contradição. O subemprego é uma variante do mesmo problema.

É bom recorrer às leis econômicas, porque permite compreender as condições políticas e a luta de classes, que se desenvolvem sobre essa base. A burguesia não tem como defender a força de trabalho diante da crise de superprodução. Está obrigada a proteger as relações de produção, custe o que custar. É diante dessa situação que a classe operária e demais explorados se encontram.

A excepcionalidade criada pela pandemia não altera a lei econômica e suas contradições. No entanto, as expressa e as potencia, no momento em que a burguesia e seu governo se veem obrigados a tomar medidas sanitárias, que afetam a normalidade do ciclo econômico. É o que se passa com a imposição de quarentena, amplo bloqueio do comércio, suspensão da produção em parte da cadeia industrial, fechamento de fronteiras, etc. Um maior bloqueio às forças produtivas atinge setores da própria burguesia, com falências, crescimento do endividamento, etc. O Estado burguês faz de tudo para proteger a fração mais poderosa dos capitalistas. Para isso, tem de desproteger ainda mais as massas.

A classe operária se vê diante de dois caminhos: ou se submete às ações da burguesia e seus governos; ou reage com suas reivindicações e com seus métodos próprios de luta, em cuja base está a ação coletiva. Ou se levanta contra as consequências da crise e os ataques desfechados pelos exploradores, ou se sujeita passivamente às imposições do Estado.

No momento em que as centrais suspenderam a mobilização de rua e comprometeram as greves em curso, auxiliaram a burguesia a determinar o caminho da passividade social. O problema agora está em como romper a camisa de força que sufoca a maioria explorada. O ponto de partida está em admitir que somente com a mobilização nacional é possível defender um programa de emergência e rechaçar as medidas antioperárias do governo e do Congresso Nacional. Faz parte dessa luta, a exigência de que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes.

Não se deixar confundir pela divisão interburguesa

26 de março de 2020

A divergência de Bolsonaro com os governadores, em particular com João Doria, de São Paulo, diante das medidas de quarentena e isolamento social, requeitou o conflito originado no início da pandemia. A primeira declaração do presidente foi de que a imprensa estava provocando “histeria”. Em resposta, as vozes opositoras exigiram de Bolsonaro que assumisse a condução da campanha contra o covid-19. Em meio às vozes desses setores da burguesia, compareceu a voz das centrais sindicais.

Na base da divergência em torno à avaliação da gravidade da pandemia, levantou-se a ideia de que era preciso a “união nacional”. As centrais, sindicatos e movimentos ecoaram a diretriz da “união nacional”, sustentada por uma poderosa fração da burguesia, e apoiada pelos meios de comunicação. O alinhamento político em volta do amplo confinamento da população se traduziu em isolamento da posição de Bolsonaro. A rigor, antes da eclosão da pandemia, agravava-se a crise política, impulsionada pelo baixo crescimento da economia. Crescia o desentendimento entre o governo e o Congresso Nacional, embora Bolsonaro estivesse rodeado de militares.

A impossibilidade de alterar, sensivelmente, as tendências da crise econômica, que tem como marco a recessão de 2015-2016, o fortalecimento do Congresso Nacional obtido com o impeachment de Dilma Rousseff e, sobretudo, a disposição de resistência das massas às contrarreformas, inviabilizaram a implantação de um governo bonapartista, portanto, capaz de dirigir o país por cima das forças políticas da burguesia e da luta de classes. Se dependesse da orientação política do presidente e de seus ministros militares, hoje, o país estaria sob o “estado de sítio”. Há indícios de que, no caso do agravamento das divisões interburguesas e da luta de classes, Bolsonaro recorrerá à via golpista.

O movimento direitista de ataque ao Congresso Nacional, que culminaria com a manifestação de 15 de março, daria sinal de que o governo militarista estava disposto a mobilizar a classe média, e criar as condições para a via bonapartista. A pandemia modificou esse curso. Setores da burguesia, que influenciam os meios de comunicação, exigiram a suspensão do ato bolsonarista, contando, para isso, com a disposição das centrais sindicais de desmontar o “Dia Nacional de Luta”, de 18 de março. Os grupos mais resistentes da ultradireita não aceitaram o cancelamento. Embora raquítico, Bolsonaro prestigiou o movimento do dia 15, comparecendo no ato de Brasília. A gritaria burguesa repetiu a exigência de que cabia ao presidente da República dirigir a campanha de confinamento, e dar o exemplo de “união nacional”. As centrais sindicais seguiram essa toada. Na condenação à atitude de Bolsonaro, se destacou o governador Doria (SP). O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tomou a frente da campanha, que logo foi apoiada

por partidários e opositores do presidente. Naturalmente, o governador de São Paulo deu impulso às medidas de confinamento, e ocupou o espaço de Bolsonaro.

Quando a confluência das forças burguesas opositoras começava a se soldar com as orientações do Ministério da Saúde, Bolsonaro interrompeu a lua de mel da “união nacional”. Acusou Doria de utilizar a pandemia como “palanque eleitoral”. Criticou o isolamento total e, em particular, o fechamento do comércio e a interrupção dos setores de serviço. O que pareceu ser mais um de seus desvios, na realidade, era reflexo político das pressões de uma fração do empresariado. A base econômica do bolsonarismo reagiu às perdas. Além disso, a previsão de que o Brasil pode mergulhar numa recessão, e abrir um novo capítulo dos desequilíbrios fiscais, assustou a maioria do núcleo governamental.

Bolsonaro não ficou paralisado diante dos abruptos acontecimentos. O ministro da Economia apresentou um pacote econômico, cujo maior montante é dirigido a apoiar grupos econômicos. Acompanham essa orientação, medidas de ataque direto aos assalariados.

A queda de popularidade e os “panelaços” de uma parcela da pequena burguesia têm em contrapartida a potenciação da oposição burguesa. Doria procurou tomar a frente, no momento em que o PT e seu braço sindical comparecem como auxiliares da política dos governadores e da fração partidária que controla o Congresso Nacional. É sintomático que Lula esteja, por enquanto, silencioso. Provavelmente, o caudilho petista espera tirar proveito da rachadura, que vem se ampliando na aliança que possibilitou a vitória da ultradireita. Não está descartada a possibilidade de um aprofundamento da crise econômica e política, que torne inviável a continuidade do governo. Os estrategistas do Palácio do Planalto estão pressentindo que o governo caminha para a borda do precipício. Passada a pandemia, com maior ou menor número de mortos, imediatamente, virão à tona, as contradições econômicas e sociais.

Bolsonaro não ficou paralisado diante dos abruptos acontecimentos. O ministro da Economia apresentou um pacote econômico, cujo maior montante é dirigido a apoiar grupos econômicos. Acompanham essa orientação, medidas de ataque direto aos assalariados. Uma delas, talvez a mais dura, é a de permitir ao patronato reduzir a jornada de trabalho e salário, que pode chegar a 50%. Em seguida a esse pacote, Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional uma Medida Provisória que dava poderes aos empregadores de suspender os trabalhadores por quatro meses, sem salário. A dose do veneno era maior do que o organismo podia aguentar. Diante da resistência do Congresso Nacional em abraçar essa causa, o governo teve de recuar e prometer uma nova versão.

A demagogia burguesa, que inclui o humanitarismo pe-

queno-burguês, precisa de alguma contrapartida, que dê a impressão de que o Estado se preocupa com a vida dos pobres e miseráveis, denominados capciosamente de “vulneráveis”. As negociações entre o governo e o Congresso Nacional em torno ao valor a ser concedido aos trabalhadores informais – passando de R\$ 200 a R\$ 600 – deram a dimensão precisa da mesquinhez do capital. Os parlamentares humanitaristas precisaram mostrar a boa intenção de aumentar o valor, passando para R\$ 500. Bolsonaro, para não deixar a “bondade” nas mãos do Congresso Nacional, aumentou para R\$ 600. Esse tipo de jogatina é próprio da política burguesa, voltada a enganar os explorados. Doria acabou ridicularizado, com o anúncio dos R\$ 55 para as crianças que perderam a merenda escolar. É nesse quadro de apoio aos capitalistas e de hipocrisia humanitária que se desenvolvem os atritos interburgueses, preparando o caminho para as futuras disputas eleitorais. O vendaval da pandemia perderá toda sua importância, assim que dê lugar ao terremoto econômico e social.

O capitalismo no Brasil está estruturalmente conformado por uma minoria bilionária, uma pequena camada de classe média milionária, de uma ampla classe média arruinada e de uma vasta massa de proletários que mal sobrevivem com os salários, que suportam o desemprego e subemprego em grande escala, bem como uma massa de camponeses sem-terra, e de pequenos proprietários que os mantêm na miséria. Eis por que sua história social está marcada pela miséria e a fome. Até onde as massas aguentarão, no caso do aumento do desemprego e subemprego, e do rebaixamento do salário? Até onde a burguesia e seus governos podem continuar descarregando a crise capitalista sobre a maioria oprimida? Até quando a burocracia sindical e os reformistas conseguirão conter a explosão instintiva de milhões que passam fome? Essas são as perguntas colocadas no momento da pandemia. Sem poder ter uma resposta de conjunto, as forças burguesas se dividem e alimentam a crise política. Bolsonaro e seu núcleo militar estão cientes da maior probabilidade de o governo fracassar.

O recrudescimento do conflito de Bolsonaro com o Congresso Nacional e com parte dos governadores é um indicador de que a burguesia terá de recorrer a formas ditatoriais e fascistas, que se manifestaram embrionariamente na constituição do governo ultradireitista. A democracia oligárquica, reconstituída após 21 anos de ditadura militar, evidencia suas limitações diante da crise econômica prolongada, que é um reflexo das contradições mundiais do capitalismo em decomposição. A pandemia, portanto, surge como uma pedra no meio do caminho da política democrático-burguesa, que mostrou seu apodrecimento no processo de derrubada do governo do PT, em 2016, e instalação da uma ditadura civil.

O fracasso da almejada “união nacional” é a prova de que as cisões no interior da política burguesa têm tudo para avançar. É necessário que a vanguarda com consciência de classe não se deixe confundir pelas diferenças entre Bolsonaro e os

governadores; e entre o Congresso Nacional e Bolsonaro. A confusão instalada, no momento, está em considerar como essencialmente distintas, a posição que considera o isolamento um exagero, e a que diz ser a única via para conter a pandemia. Bolsonaro e Doria são duas variantes da política burguesa, que tem por essência descarregar a crise sobre os explorados. Estão unidos quanto à diretriz de utilizar o poder do Estado para proteger a classe capitalista e enganar com esmolas os pobres e miseráveis. Estão de acordo em manter as massas imobilizadas, e incapacitadas de se levantarem em defesa de um programa de emergência, que de fato as proteja contra a barbárie capitalista.

A confusão política foi instalada, desde o momento em que o governo e demais instituições do Estado impuseram o curso do confinamento, sem garantir as condições mínimas de existência de todos os trabalhadores, sem exceção. Desde quando se ocultaram as contradições entre duas crises interligadas, a econômica e a sanitária. Desde quando a burguesia e suas forças políticas impuseram a diretriz de que, para vencer a pandemia, era preciso o sacrifício dos assalariados e demais explorados. A confusão toma formas agora que a experiência do isolamento se mostra insustentável, econômica e socialmente,

no caso de se prolongar.

As centrais sindicais tomaram parte e incentivaram as confusões ao responderem à crise com a política de conciliação de classes e de “união nacional”. Cometeram uma traição à imperiosa necessidade dos explorados de lutarem com seu programa de emergência. Ao desmontarem o “Dia Nacional de Luta”, a pedido de setores da burguesia, quebraram a possibilidade de armar uma resistência proletária com seus métodos próprios de luta. Um pouco mais adiante, ficará ainda mais claro que a única via das massas se defenderem diante da pandemia e da derrocada econômica era e é ganhar as ruas.

Nunca é tarde para lutar pela defesa da vida dos explorados e por sua independência diante das forças burguesas. Que as centrais, sindicatos, movimentos e correntes de esquerda rompam com a política de conciliação de classes, que levou ao desmonte do dia 18 de março. Que denunciem, tanto a política de Bolsonaro, como a de Doria e consortes. Que convoquem assembleias para constituir comitês de luta, em defesa do programa de emergência. É claro que, depois desse profundo refluxo do movimento, é preciso reconstituir as condições políticas e organizativas para retomar o movimento grevista.

A resposta proletária à decomposição capitalista

Manifesto da Regional do POR no Ceará - 26 de março de 2020

A situação política internacional tem sido marcada pela profunda crise econômica e social agravada pela pandemia do coronavírus. Os efeitos sociais e econômicos devastadores na China e nos países europeus puseram os governos e autoridades sanitárias em alerta máximo. A grande burguesia tem consciência do significado desta dupla crise: ela não apenas implica em alto risco de contágio e mortandade, a atingir também a sua própria classe, mas, igualmente, um impacto sem precedentes na já combalida economia mundial. Embora haja setores beneficiados com a pandemia, entre os quais podemos contar a indústria farmacêutica e de materiais hospitalares, cadeias produtivas inteiras sofreram sérios abalos. Ramos inteiros vão colapsando e arrasando outros. A bancarrota do setor hoteleiro-turístico e do transporte aéreo foi seguida pelo do comércio varejista; os serviços e os bancos, acompanhando o comércio, recuaram fortemente e, por fim, contaminaram a indústria. A destruição de forças produtivas mundiais (fechamento de fábricas, demissões, recuo na produção industrial, redução das exportações de commodities etc.), que já se vinha processando diante do estreitamento do mercado mundial e da guerra comercial EUA-China, deu um salto, diante do pânico causado pela pandemia. As Bolsas caíram ao redor do globo, o valor de mercado das companhias teve baixa expressiva, e analistas já dão como certo que os EUA alcançarão 20 milhões de desempregados em abril. O FMI prevê um baixo crescimento generalizado, com menor expansão da China, e redução na demanda por alimentos e minérios (o que afetará toda a América Latina), além da perda de US\$ 2 trilhões no PIB mundial. A crise da OPEP, em especial da Arábia Saudita com a Rússia, em torno dos níveis de produção de petróleo, resultando numa queda brutal do preço do barril, configura uma séria ameaça ao setor de xisto nos EUA. Tal constatação, aliada à declaração da OMS de que o país de Donald Trump será o epicentro do coronavírus, mostra que a sombria perspectiva que paira sobre os mercados globais perdurará por bastante tempo.

A atual crise, que ainda não esgotou sua capacidade destrutiva, já deixou para trás a crise dos *subprime* de 2008, como constata analistas de todas as tendências. A crise global de 2008, que nunca foi completamente superada, deixou preparado o terreno, por meio da elevada dívida pública, para o novo mergulho recessivo da economia mundial. Governos, bancos centrais e agências de classificação de risco necessitam dizer que a crise é provocada pela pandemia e que, com sua superação, virá a retomada do crescimento. Estão obrigados, portanto, a esconder a raiz da desagregação econômica, que se encontra na contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas (força de trabalho qualificada, maquinário mo-

derno, instalações industriais, alta produtividade) e as relações capitalistas de produção, que as bloqueiam e as desintegram (mercado, propriedade privada, trabalho assalariado).

Os governos burgueses, tanto imperialistas quanto semi-coloniais, mais uma vez, agem com rapidez e decisão, para socorrer os grandes monopólios transnacionais e bancários, utilizando-se dos recursos do tesouro e suas reservas. A Alemanha anunciou, em 13 de março, um pacote de 750 bilhões de euros. No mesmo dia, a presidente da comissão europeia, Ursula Leyen, autorizou a flexibilização total das regras orçamentárias dos países do bloco, para que socorram seus capitalistas. O Banco Central Europeu (BCE), por sua vez, tem liberado, desde 12 de março, cerca de € 1,1 trilhão em crédi-

A grande burguesia tem consciência do significado desta dupla crise: ela não apenas implica em alto risco de contágio e mortandade, a atingir também a sua própria classe, mas, igualmente, um impacto sem precedentes na já combalida economia mundial.

to, compra de ativos, aquisição de títulos podres, incentivos fiscais e empréstimos. Nos EUA, o Congresso aprovou, em 25/03, um pacote de ajuda no valor de US\$ 2,2 trilhões, enviado por Trump e aprovado por democratas e republicanos. No Japão, aguarda-se para abril um pacote de ajuda fiscal de quase US\$ 300 bilhões. No total, calcula-se que os gastos governamentais para salvar os monopólios e o capital financeiro serão cerca de 5 vezes o valor gasto em 2008! Em quase todos os países, a legislação restritiva, e o compromisso de redução do déficit fiscal tiveram de ser jogados, momentaneamente, no lixo, assim como a prédica liberal do estado mínimo e da autorregulação do mercado.

O coronavírus e crise política do governo

A divisão interburguesa, quanto ao que fazer diante da pandemia, tem ampliado a crise política no Brasil. Na sua base, estão os efeitos recessivos da economia. Para a grande burguesia, a vida da maioria oprimida (em especial do proletariado) possui valor apenas na medida em que seu emprego, como força de trabalho, permite a produção de mercadorias e, com elas, o lucro. A propaganda dos governos, de que as ações médico-sanitárias precisam ser adotadas para conter a contaminação e salvar vidas, reflete, apenas em parte, a pressão da opinião pública pequeno-burguesa e a aflição das massas empobrecidas. O fundamental, por detrás destas medidas, está em que é preciso proteger os interesses da burguesia, e recompor, o mais rápido possível, as condições

que permitam a exploração geral dos assalariados, facilitada pela flexibilização trabalhista. Precisamente aí, residem os conflitos entre as frações burguesas, expressas na posição dos governos e partidos. O fechamento de fronteiras, a quarentena (isolamento social), o monitoramento de passageiros nos aeroportos, a suspensão de aulas, a ampla propaganda sobre higienização, o fechamento do comércio, shoppings, bares, etc. como resoluções necessárias para o mais rápido restabelecimento da atividade econômica, atendem aos interesses de parte dos capitalistas, e são encarnadas por governadores de estado, Congresso e STF. Contudo, outra parcela do empresariado, entre os quais incluem-se os capitalistas ligados ao comércio, parte da indústria e do setor hoteleiro, dadas as perdas econômicas, tencionam no sentido oposto, pelo retorno imediato ao trabalho, e fim do isolamento social. Reconhecem abertamente que não lhes importa se 5 ou 7 mil mortes forem o preço a pagar pela retomada da produção; posição que é encarnada pela Presidência da República. Para os primeiros, apenas ao final é que se poderá cobrar a fatura dos custos da ajuda social aos desempregados, informais e pobres, bem como do socorro à empresas e bancos, sobre as costas dos oprimidos, com mais contrarreformas e pesado ajuste fiscal; para os segundos, a necessidade de continuar os negócios, a incerteza quanto à capacidade fiscal do Estado – após interromper as contrarreformas – e a rejeição aos gastos vultosos, com auxílio a subempregados e miseráveis, exigem respostas agora.

O pronunciamento de Bolsonaro, de 24/03, atacando a orientação do isolamento social e conclamando a volta imediata ao trabalho, reabertura das escolas, etc. repercutiu nos meios políticos e empresariais, acentuando o conflito com o Congresso e governadores. Antes, o episódio de Eduardo Bolsonaro, criticando o governo chinês, e provocando uma rusga diplomática com Pequim, já havia estremecido a relação com parlamentares, governadores e até com o agronegócio. FHC (PSDB) pediu que o governo se calasse. A imprensa monopolista condenou o pronunciamento, e mostrou que o discurso de Bolsonaro contrariava as orientações dadas pelo próprio Ministério da Saúde e a OMS imperia-

lista. Não faltaram articulistas analisando a incapacidade do governo e sugerindo o impeachment. Doria e Witzel trocaram farpas com Bolsonaro, na reunião dos governadores do Sudeste com o governo federal sobre a renegociação das dívidas dos estados; e o governador de Goiás, conhecido reacionário e, até então, aliado de Bolsonaro, Ronaldo Caiado (DEM), concluiu pelo rompimento com o Palácio do Planalto. Lula/PT, abandonando a ideia de deixar Bolsonaro governar até o fim do mandato, aventou o apoio a um impeachment. O decreto de Bolsonaro, permitindo a liberação dos cultos religiosos (considerados “atividades essenciais”) das quarentenas estaduais, visa a estreitar laços com a bancada evangélica. Junto à nova orientação dada ao Ministério da Saúde, constituem um contragolpe, que mantém acesas as profundas disputas interburguesas.

Os explorados não podem se deixar arrastar pelas disputas entre as frações capitalistas, seus governos e instituições. Precisam levantar a bandeira da independência de classe e um programa operário de resposta à crise sanitária, econômica e política. Precisam rechaçar o pacote de ajuda de Guedes aos bancos, que lucraram juntos mais de R\$ 80 bilhões, em 2019. Ao contrário, é preciso defender a estatização do sistema financeiro e o não pagamento da dívida pública, para que os recursos sejam destinados à moradia, alimentação e assistência à saúde! Pela suspensão de aluguéis e garantia do acesso gratuito a todos os serviços: água, luz, gás, telefone e internet. Estatização da saúde privada e integração ao SUS, sob controle dos trabalhadores. Garantir a distribuição

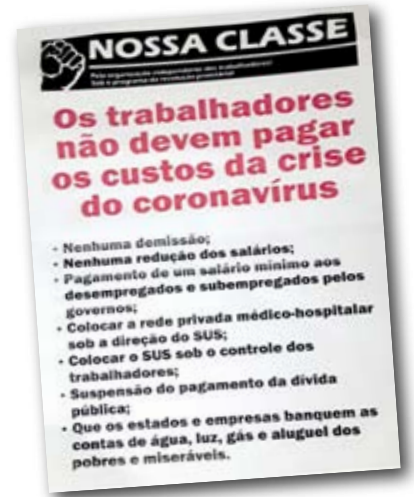
(...) é preciso defender a estatização do sistema financeiro e o não pagamento da dívida pública, para que os recursos sejam destinados à moradia, alimentação e assistência à saúde! Pela suspensão de aluguéis e garantia do acesso gratuito a todos os serviços: água, luz, gás, telefone e internet. Estatização da saúde privada e integração ao SUS, sob controle dos trabalhadores. Garantir a distribuição gratuita de alimentos e medicamentos e itens de higiene a toda a população!

gratuita de alimentos e medicamentos e itens de higiene a toda a população! Estatização das grandes fábricas e cadeias farmacêuticas! Não às demissões! Emprego a todos! Licença remunerada a todos os que necessitarem! As pandemias, típicas do capitalismo, são resultado da exploração irracional da natureza, oriunda da anarquia da produção. Pela estatização dos ramos fundamentais da economia, nacionalização das terras e estabelecimento de uma economia planificada! Abaixo a barbárie capitalista, viva a revolução proletária e o Socialismo!



Campanhas do POR

O Boletim Nossa Classe, da segunda quinzena de março, faz a campanha nas fábricas em defesa de um plano de emergência, voltado inteiramente à proteção da vida dos explorados. O Boletim tem sido bem recebido. Inevitavelmente, provocou discussões sobre o confinamento. Nota-se o quanto a campanha de terror dos governos e da burguesia penetrou no interior das massas. No entanto, aqueles que estão indo para as fábricas sentem a incoerência. Enquanto uma parte dos trabalhadores é pressionada a permanecer enclausurada em suas casas, outra está obrigada a enfrentar os trens e ônibus superlotados, e passar horas no trabalho. Nota-se, também, o enorme receio das demissões e cortes de salários. As direções sindicais têm contribuído para a burguesia e os governos imporem sua política de confinamento, sem garantir a fonte de existência e, ao mesmo tempo, permitindo que os capitalistas demitam livremente. O Boletim Nossa Classe afirma o contrário: é necessário que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes, e retomem o caminho da luta. Eis o que diz o Boletim Nossa Classe.



Política operária

Os trabalhadores não devem e não podem arcar com o coronavírus

É muito fácil para os governos federal, estadual e municipal decretarem planos e proibições diante da pandemia. Mas, não garantem os empregos, salários e condições médico-hospitalares à maioria, que vive do salário.

A burguesia bilionária e a alta classe média rica estão protegidas. A queda econômica atinge os seus negócios, mas quem está pagando pelas perdas dos explorados são os explorados.

As demissões em massa sacrificam os assalariados. As férias coletivas favorecem apenas às multinacionais. A redução da jornada e do salário corta comida da mesa da maioria, que ganha até dois salários mínimos. Demissão e redução salarial levam ao desespero às famílias, que não conseguem pagar as contas de luz, água, gás, aluguel, e comprar a cesta básica.

É inaceitável que nos demitam ou cortem nossos ganhos. É inadmissível que o SUS não tenha capacidade de atender a população, completamente desprotegida.

O Boletim Nossa Classe defende o seguinte programa de

emergência:

- 1) Nenhuma demissão;
- 2) Nenhuma redução dos salários;
- 3) Pagamento de um salário mínimo aos desempregados e subempregados pelos governos federal, estadual e municipal;
- 4) Colocar a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS;
- 5) Colocar o SUS sob o controle dos trabalhadores da saúde e de comitês de bairro a serem criados imediatamente;
- 6) Suspensão do pagamento dos juros da dívida pública, e aplicação do montante de cerca de R\$ 400 bilhões na saúde pública e proteção das famílias desempregadas e subempregadas;
- 7) Abertura de empregos, reduzindo a jornada sem reduzir os salários;
- 8) Que os estados e empresas banquem as contas de água, luz, gás e aluguel dos pobres e miseráveis. Esse é o ponto de partida do combate à pandemia e da proteção dos trabalhadores.

Abaixo o pacote de Bolsonaro/Guedes

O governo, carrasco do povo, montou uma farsa, em nome do emprego e dos miseráveis que sobrevivem na informalidade (subemprego). Usou a máscara de R\$ 200 para aqueles que não têm absolutamente nada. Esse valor não dá nem para os primeiros dias do mês. As antecipações do 13º de aposentados e pensionistas, e do abono salarial, não fazem senão pagar o que já era previsto. A dispensa da perícia médica para o auxílio doença e BPC, por sua vez, apenas suspende as travas burocráticas, que nunca deveriam ter existido.

Debaixo desse melado, vem o fel: dá direito aos capitalistas de reduzir jornada e salário. O desemprego e subemprego já são altos. Os salários já são baixos. Em vez do governo decretar uma medida contra as demissões e a redução salarial, faz exatamente o oposto. O chamado "Programa Antidesemprego" é mentiroso do começo ao fim. O objetivo do pacote do governo é proteger somente os exploradores da classe operária e demais oprimidos.

O Boletim Nossa Classe exige que as centrais, sindicatos e movimentos levantem a bandeira "Abaixo o pacote pró-capitalista e antioperário de Bolsonaro, Doria e Covas". Que as direções sindicais reorganizem o movimento, desmontado com o cancelamento do Dia Nacional de Luta, 18 de março.

Combater o ataque do governo aos sindicatos

O pacote do governo, de proteção aos capitalistas, contém um ataque aos sindicatos. Dá poderes aos patrões de imporem aos seus empregados a redução da jornada e salários e outras medidas, sem a participação dos sindicatos. Ocorre que Bolsonaro e seus lacaios estão implantando a reforma trabalhista e uma reforma sindical, que dão poderes aos empregadores de decidir individualmente o destino da classe operária, que é constituída da força de trabalho coletiva. O objetivo de eliminar o contrato coletivo de trabalho está sendo posto em prática. Bolsonaro está aproveitando o pânico, criado pelo coronavírus, para ir adiante com as medidas contrárias à organização sindical dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama as centrais e sindicatos a se mobilizarem contra a reforma trabalhista e as novas medidas antioperárias do pacote. Somente assim, é possível defender o contrato coletivo de trabalho.

CORONAVÍRUS EXPÕE O SUCATEAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA

Está claro que, se a pandemia se espalhar nos bairros pobres, o SUS não servirá de nada. Os recursos para a saúde pública foram reduzidos. Mesmo em tempos que parecem normais, o SUS não cumpre a função de atender os doentes, que não podem pagar médicos e hospitais particulares. O próprio Ministro da Saúde disse que o SUS entra em colapso, caso o coronavírus atinja a grande maioria, que depende da saúde pública.

Se o pior está por vir, a resposta urgente é a de colocar o sistema privado sob a administração do Estado, e sob o controle dos trabalhadores. Esse é o momento para responder à gravidade da divisão entre saúde pública e saúde privada. Ou seja, a divisão entre a saúde para os pobres e miseráveis, e a saúde para os ricos.

O boletim Nossa Classe defende que o movimento operário, camponês e estudantil lutem, sob a reivindicação de estatização do sistema privado de saúde e constituição de um sistema único, público, gratuito e controlado pela população.

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil – USP

O Boletim responde à crise da pandemia com a bandeira: “Não existe resposta individual ao coronavírus, somente a ação coletiva”. Denuncia a terrível situação dos moradores do Crusp. A suspensão das atividades da universidade chegou ao ponto de fechar o bandeirão e interromper a alimentação dos estudantes. Denuncia o avanço da privatização, que tem levado à “demissão de centenas de funcionários, sem reposição, chegando a levar ao fechamento do pronto socorro adulto e infantil, e a eliminação de atendimento de várias especialidades – é outro problema grave, pois, o HU é o hospital mais próximo dos moradores. Em particular, os moradores do Crusp perderam até mesmo o direito a meia passagem e ao passe-livre”. Como se vê, a USP não escapa aos ataques gerais da burguesia. Em defesa dos moradores do Crusp, o Boletim traz um conjunto de reivindicações. Eis as principais: “Não suspender o fornecimento de alimentos que chegam à SAS; dar atenção especial ao bloco da mães, cuidando com dispositivos de segurança para as crianças; abertura imediata do pronto socorro adulto e infantil; contratação imediata de trabalhadores da saúde, de modo a garantir o pleno atendimento no HU; passe-livre a todos os moradores”. Sobre essa base, a Corrente Proletária faz campanha e agitação pela convocação da assembleia e organização coletiva do movimento de resistência dos estudantes.

O Boletim da Corrente Proletária faz a denúncia de uma agressão contra uma moradora do Crusp: “No dia 16 de março, uma moradora foi agredida pelo então secretário da AmorCrusp, Richard Marx Ribeiro. Trata-se de uma agressão política, na medida em que está relacionada à recusa insistente da atual gestão, Tiê Sangue em prestar contas da associação, e no fato de Richard ter saído em defesa dessa gestão”. A agressão tem o agravante de ser um ato político, contrário à prestação de contas e ao princípio de que os fundos da AmorCrusp pertencem coletivamente aos moradores. O Boletim chama os moradores a exigirem “explicações do porquê do silêncio da gestão Tiê Sangue frente às atitudes prévias de Richard, e por que a demora na comprovação na prestação de contas”. A ação do partido permitiu que se organizasse uma assembleia de moradores, em plena quarentena, que decidiu expulsar o agressor.

Campanhas do POR

Da crise econômica ao coronavírus

Não é verdade que o coronavírus provocou a crise econômica. O certo é que a pandemia se manifestou em meio à crise mundial que vinha avançando. Antes do coronavírus, já havia previsão e alerta do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que a economia mundial estava desacelerando.

É claro que o pânico incentivado pelos governos e as medidas tomadas por cada país isoladamente agravariam a queda econômica. A previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é de que haverá demissões da ordem de 5 milhões a 25 milhões de trabalhadores.

O desemprego e subemprego são as chagas que mais afetam a vida da maioria trabalhadora. A burguesia e seus governos não admitem que essa é a pior das pandemias.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos comecem imediatamente a luta pelos empregos e salários. As reivindicações que de fato defendem os postos de trabalho são: 1) redução da jornada sem reduzir os salários; 2) estabilidade no emprego; 3) emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas no país pelo número de trabalhadores que constituem a força de trabalho).

Boletim da Corrente Proletária na Educação CPE-Universidade

O Boletim CPE-Universidade desenvolve a campanha do POR em torno ao plano de emergência. Mostra que “a classe operária deve vincular as reivindicações com o programa de expropriação do grande capital, estatização do capital financeiro e nacionalização das terras, bem como à sua estratégia própria de poder – governo operário e camponês”. Explica: “Os riscos de contaminação se dão em um país em que parcelas significativas da população mal tem acesso à água, moradia digna e alimentação suficiente. A degradação da vida da maioria oprimida será impulsionada, fazendo recrudescer todo tipo de opressão”. E critica: “Se os sindicatos e movimentos continuarem seguindo a política de colaboração de classes do PT, PCdoB e demais aliados, manterão a classe operária desorganizada, e à mercê dos pacotes de Bolsonaro. Sem que a classe operária se levante, o movimento do funcionalismo ficará isolado, e sob a acusação de defender privilégios”. Conclui: “Somente com as reivindicações próprias, com os métodos de luta da classe operária, com organização independente, e com a firme decisão de pôr abaixo o plano do governo, é possível fazer frente à pandemia e à nova fase da crise econômica”.

Defender os empregos, salários e a vida da maioria oprimida

Em janeiro de 2020, ou seja, antes da pandemia do coronavírus aportar no Brasil, o IBGE divulgou o número de desempregados, subempregados e com carteira assinada. Eram 11,9 milhões de trabalhadores desempregados, 38 milhões de trabalhadores no mercado informal, e 94 milhões de pessoas ocupadas.

Como se observa, os índices anteriores à crise do coronavírus demonstravam que pouco se avançou na queda do desemprego. Irrisórios percentuais de queda nos índices revelavam que milhões de trabalhadores estavam vivendo em condições precárias, dependendo exclusivamente das várias formas de assistência social. Com o fechamento dos estabelecimentos comerciais e de uma parte das fábricas, muitos serão demitidos, ou terão uma redução drástica em seus salários. Os governos estão prontos para defender os interes-

ses dos patrões e jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise econômica, que será aprofundada pela pandemia do coronavírus.

As centrais sindicais e os sindicatos mantêm sua política de conciliação de classes. Depositam nos governos e no parlamento a solução para a previsível onda de desemprego. Fazem discurso em defesa da estabilidade no emprego, ampliação do seguro-desemprego, etc., mas não movem uma palha para organizar os explorados contra os ataques do governo e da burguesia contra suas condições de vida. Os “panelaços”, promovidos pela pequena burguesia, são puro distracionismo. A defesa do plano de emergência, aprovado pelos trabalhadores, dependerá tão somente da luta da classe operária e demais explorados nas ruas, enfrentando os governos e o patronato.

■ ABAIXO A MP 927 de Bolsonaro

O governo ditatorial e militarista de Jair Bolsonaro/Guedes editou, na noite do dia 22 de março, a MP 927/20, que ataca profundamente a vida dos trabalhadores. São itens que aprofundam a reforma trabalhista e permitem aos patrões agirem de acordo com seus interesses de preservação dos lucros. Elimina os Contratos Coletivos de Trabalho, anula a presença das centrais e sindicatos nos processos de negociação, antecipa férias sem que haja pagamento, amplia o lay-off, desconsidera a infecção de trabalhadores pelo Covid-19 como acidente de trabalho, etc. Pretendia ser mais violento ainda, no seu artigo 18, dava aos patrões o direito de romper os contratos de trabalho por quatro meses, com suspensão de salário. Mas, precisou retirá-lo, sob a justificativa de que não

havia sido bem redigido pelos técnicos do governo.

É preciso que as centrais, sindicatos e movimentos rechacem na íntegra a MP 927. Que convoquem a classe operária e demais explorados para organizar a luta direta em defesa dos empregos e salários. Basta da política de conciliação de classes. Somente a luta massiva, nas ruas, poderá colocar abaixo as medidas de destruição dos empregos, arquitetada pelos governos e pela burguesia parasitária. As centrais erraram, ao suspenderem as manifestações do dia 18 de março. Desarmaram os trabalhadores. Persistem no erro de não convocar nenhuma manifestação, mesmo depois dos ataques do governo Bolsonaro. Os trabalhadores não podem pagar pela crise econômica, e muito menos pela pandemia.

Centrais foram mendigar ao STF Chega de conciliação de classes!

Os burocratas das centrais sindicais, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, etc., no dia 26 de março, armaram um circo, usando uma videoconferência, para pedir “socorro” ao ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), diante da MP 927 de Bolsonaro. Aproveitaram as disputas interburguesas entre governo, parlamento e STF para correr atrás de Toffoli, para que este interceda em favor dos empregos e dos salários. O vendido Sérgio Nobre, presidente da CUT, chegou ao ponto de dizer: *“Queremos o seu apoio, ministro, à nossa pauta, que tem como prioridade garantir a saúde, a preservação dos empregos e da renda da classe trabalhadora, e também do parque produtivo, para atravessar essa crise. E essa garantia tem de ser viabilizada pelo Estado, hoje sem comando”*. A Força Sindical foi clara, pediu uma “Ação Direta de Inconstitucionalidade” contra a MP, que retira os sindicatos das negociações entre patrões e trabalhadores. Diante dos burocratas, Toffoli prometeu, em palavras, que *“irá atuar para modificar a MP 927”*.

Os traidores da classe operária foram mais longe. Disseram que estão propondo que o Congresso Nacional (cova de bandidos) crie um *“Fórum de entidades da sociedade civil”*, para coordenar o momento em que vive o país. Isso por que consideram que há um “desgoverno”. Toffoli, como raposa que é, mais que

depressa concordou que *“falta comando e centralidade nas ações”*, que falta um *“comitê gestor”* da crise. E também foi mais longe, quando disse que o papel das centrais sindicais é fundamental para *“preparar a saída dessa crise”*.

Ao término dessa encenação, o presidente da CUT voltou a dizer que *“falta diálogo no País”*, e que Bolsonaro impõe as MPs sem *“dialogar com as instituições que representam a sociedade”*, referindo-se às centrais. Está aí o mais deslavado pedido para que o Congresso Nacional e Justiça retomem a conciliação de classes. Pedem para os que votaram a favor da reforma trabalhista e previdenciária se coloquem do lado dos explorados. Para isso, comparecem diante do STF com a tarefa cumprida de suspensão das manifestações, greves, assembleias e isolamento social dos explorados. São ou não os traidores dos interesses da maioria oprimida?

A classe operária e demais oprimidos têm de rechaçar a política dessas direções sindicais. A política de conciliação de classes e “união nacional” com a burguesia e suas instituições, como o Congresso Nacional e Justiça, é de derrota para os trabalhadores. A defesa das condições de vida, empregos e salários só será possível com os métodos da luta de classes.

Rio Grande do Norte

Duas vitórias parciais da Frente de Mobilização Popular

As duas vitórias parciais da Frente de Mobilização Popular (FMP) – nome modificado para ampliar a luta no estado do RN – se deram com as matrículas do ensino fundamental, em uma escola estadual, no município de Ceará-Mirim. Ao negar a matrícula dos estudantes, a SEEC da 5ª DIREC, bem como a direção da escola diziam não ter mais vagas, mas, com a organização das mães na FMP, com o método da ação direta, exigiram as matrículas, além da ocupação das salas, mesmos os alunos não estando oficialmente matriculados. Com esse método, assim como a ida das mães nas secretarias junto com a Frente, fez com que a 5ª DIREC oficializasse as matrículas dos estudantes.

A outra vitória foi a dos estudantes do ensino médio da Escola Estadual Ubaldo Bezerra que, por causa da reforma do prédio, foi deslocada para a antiga escola agrícola de Ceará-Mirim. Com um mandato de despejo, vindo do governo federal, a comunidade escolar se reuniu com a Frente de Mobilização Popular, e reverteram a ordem de despejo do governo Bolsonaro, depois de um importante ato, no dia 06/03, em unidade com professores, pais, estudantes e os mototaxistas no centro da cidade, onde se exigia a permanência no prédio. A escola Ubaldo Bezerra vai continuar no prédio da escola agrícola.

Pernambuco

Efeitos políticos da crise sanitária em Pernambuco: freio nas lutas, unidade em torno das oligarquias e reforço do autoritarismo

O cenário pré-coronavírus, em Pernambuco, tinha elementos que poderiam impulsionar a tendência a lutas grevistas. Os professores municipais estavam em greve, policiais civis também entraram, as lutas dos rodoviários se desenvolviam, e já começavam a enfrentar as restrições da justiça. Mas, a partir do anúncio da pandemia e das medidas de isolamento social, adotadas pelos governos municipais e estadual, todos os sindicatos se recolheram. Ainda há manifestações de resistência, mas o que predomina é a postura de esperar das “autoridades” as soluções. Ou, no máximo, pressionar por meio de painéis e meios virtuais as decisões dos políticos.

As restrições, que atingem escolas, universidades e serviços públicos, não chegam à produção. Qualquer modificação só é feita pela iniciativa dos próprios capitalistas e, portanto, nas condições impostas pelo patronato. Os atritos entre os governadores do Nordeste (e em geral) e Bolsonaro trazem o risco de aumentar as ilusões na oposição burguesa. Apagam da memória recente os ataques à Previdência social, que estes mesmos governadores acabaram de desfechar com as contrarreformas estaduais. Mais do que nunca, se sente a ausência de uma direção revolucionária, que tenha uma estratégia própria de poder. O capitalismo mata de várias maneiras: por doenças ainda sem vacina, como o novo coronavírus; mas ainda mais por doenças evitáveis. Mata pelo consumo de

Perseguição aos mototaxistas continua no governo de Júlio César (PSD)

A última ação do prefeito Júlio César contra os mototaxistas foi utilizar o coronel Ricardo para apreender seus motos, sem apresentar justificativa, nem informar o destino da apreensão. Resultado: os trabalhadores mototaxistas ficaram sem trabalho. Com essa ação, o prefeito Júlio César atacou as condições de vida desses trabalhadores. A Frente denunciou a perseguição do prefeito, e não recuou um só momento na solidariedade aos companheiros. A FMP, junto com os trabalhadores, desenvolveu uma campanha financeira para ajudar esses companheiros, para não passarem fome, sem abandonar a organização coletiva da luta. O magistério em greve, em assembleia, ouvindo a denúncia da Frente, também se solidarizou financeiramente com a luta dos mototaxistas.

O reaparecimento posterior dos motos possivelmente não ocorreria sem a mobilização da categoria na FMP. O fato é que as duas experiências demonstraram que os governos, por um lado, seguem firmes nos ataques às condições elementares dos explorados e, por outro lado, que a forma de os enfrentar reside na mobilização coletiva e independente.

alimentos envenenados por agrotóxicos. Mata pela violência, que acompanha a barbárie social. Mata pelos desastres ambientais ou pelos acidentes de trânsito. A defesa da vida não passa pela unidade com a burguesia, como apregoam as centrais sindicais, com sua conclamação ao “Congresso Nacional, governadores, prefeitos e o empresariado nacional”. Está nas mãos da classe operária frear toda essa barbárie, com seus métodos próprios.

GREVES E MOVIMENTOS DESMONTADOS

Professores Municipais

No dia 11 de março, o Sindicato dos Professores Municipais de Recife (Simpere/CSP-Conlutas) deflagrou uma forte greve, com 90% de paralisação das creches e escolas. A categoria, reunida em assembleias frequentes, criou o comando de greve, deliberou por marchas e piquetes. O governo municipal (PSB/PCdoB) condicionou a negociação ao fim da greve. A justiça definiu a greve como ilegal, e impôs uma multa de 250 mil reais, por dia parado, com ameaça de aumento para um milhão. A categoria enfrentou o ataque com a deliberação de continuidade da greve em uma assembleia massiva no dia 13, seguida de uma grande passeata. Na manhã do dia 15, porém, o prefeito decretou o fechamento das escolas a partir da quarta, dia 18, e a restrição de eventos a até 500 pessoas. Antecipou o recesso escolar e determinou que, semanal-

mente, os pais poderiam buscar um kit de alimentos, por conta da suspensão da merenda.

O sindicato convocou uma assembleia emergencial para o dia 16 de março, e deliberou pela suspensão da greve, e formação de um comando de mobilização ampliado, responsável pelas negociações. No dia 17 de março, a permissão da prefeitura para o número de pessoas reunidas caiu para 50. O Comando ampliado, sem a greve, acabou assinando o acordo de reajuste de parcelado em 3 vezes, a partir de outubro (4,5%), novembro (4%), e dezembro (3,83%). A reivindicação era de reajuste imediato de 12,84% na data base de janeiro. A prefeitura nem mesmo se decidiu pela anistia das multas e criminalização da greve. Da reivindicação de concurso, com cerca de mil vagas, a prefeitura prometeu apenas 300. O sindicato também tem questionado a manutenção do trabalho nas escolas para o fornecimento de kits de alimentação e higiene, sem equipamentos de proteção e orientações adequadas, além de configurar desvio de função.

Policiais

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Pernambuco (Sinpol/Intersindical) já vinha em campanha salarial, desde o início do ano, inclusive com ameaça de fazer greve no carnaval e enfrentando determinações judiciais de ilegalidade da greve. Em resposta à enrolação do governo Paulo Câmara (PSB/PCdoB), que chegou à reunião de 11 de março sem nenhuma proposta salarial concreta, o sindicato deflagrou uma paralisação de 24h no dia 13 de março. E marcou uma passeata para o dia 19. O Tribunal de Justiça de Pernambuco rapidamente julgou como ilegal e impôs multa de R\$ 50 mil por dia. Com as medidas do governo quanto à pandemia, a pauta do sindicato foi redirecionada para a liberação dos trabalhadores do grupo de risco e fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Houve uma liminar favorável ao Sinpol, depois derrubada pelo Tribunal de Justiça. Além disso, o Sinpol tem denunciado que houve duas mortes em Recife, e uma em Camaragibe, com a suspeita de serem decorrentes do novo coronavírus. Mas, os legislas não podem fazer a autópsia, por ausência de equipamentos, um dos corpos já foi sepultado.

Rodoviários e metroviários

O sindicato dos rodoviários teve eleições em setembro, e removeu uma burocracia vendida ao patronato. Mesmo antes da posse da nova direção, em 23 de dezembro, foram realizados protestos em vários bairros, contra a demissão dos cobradores e a dupla função. Em 2020, houve assembleias no sindicato e nas garagens, bloqueios e outras ações. As ações contavam com a participação dos trabalhadores e de moradores dos bairros operários. O sindicato patronal Urbana-PE conseguiu que a Justiça do Trabalho proibisse as assembleias, reuniões e piquetes, impondo uma multa de R\$ 30 mil por cada ato de descumprimento, a partir de 5 de março. Mesmo com a saída da direção pelega de “Grilo”, da Força Sindical, os efeitos da traição continuam a ser sentidos. A justiça alega que a demissão dos cobradores está na convenção coletiva anterior. Os trabalhadores mostram que a decisão não foi tomada com o consentimento deles. Mas, a justiça e a empresa os mandam aguardar a próxima convenção, em julho de 2020. O sindicato aca-

bou se submetendo.

Com esta vitória, a empresa se fortaleceu, e vem aproveitando a pandemia para demitir com mais intensidade os cobradores. Os rodoviários denunciam que estão havendo treinamentos para motoristas exercerem a dupla função, e demissões. Novas linhas estão circulando sem cobradores. O sindicato continua propagando que é contra a dupla função e as demissões, porém, sem ação direta, somente pela via judicial, já sabemos o resultado. As ações sindicais também foram direcionadas à liberação do grupo de risco (com férias antecipadas ou licença remunerada), distribuição de EPI e garantia de higienização dos ônibus.

O sindicato dos metroviários está em luta contra a privatização do metrô. Mas, na atual conjuntura, também tem direcionado seus esforços a reduzir o número de trabalhadores em operação. Conseguiram uma decisão judicial para que o metrô opere com catraca liberada, e transporte apenas trabalhadoras que exercem funções de caráter essencial, como funcionários de empresas de

fornecimento de energia e abastecimento d'água, farmácias, postos de gasolina, mercados e supermercados.

Saúde

O ano se iniciou com fortes lutas na área da saúde. Em fevereiro, o Sindicato Profissional dos Auxiliares e Técnicos da Saúde em Pernambuco (Satenpe/CUT) manteve uma greve por 14 dias, com vá-

rios atos de rua, tendo em um deles bloqueado por 12 horas a avenida Agamenon Magalhães (principal ligação entre Zona Norte e Zona Sul do Recife), e concluído com a repressão do Batalhão de choque e prisão do presidente do sindicato. Com a determinação judicial de suspensão da greve, o sindicato acatou. O motivo da revolta é que o salário base do auxiliar e técnico em enfermagem é de R\$ 774,82, sem reajuste há dez anos. Além disso, são abundantes as denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, faltam medicamentos, insumos, climatização, e há hospitais que vez ou outra ameaçam parar por risco de desabamento. Os plantões extras são pagos informalmente e com atraso. A mesma base tem também o Sindsaúde/CUT. O movimento expôs o divisionismo na categoria. Ambos sindicatos são dirigidos pelo PT, mas os dirigentes do Satenpe estariam rompendo com o PT, com possível deslocamento para o PSol. No início de março, várias assembleias e reuniões sobre campanha salarial e condições de trabalho foram realizadas pelo Satenpe. Mas, com a pandemia, os métodos passaram a ser apenas os jurídicos e de denúncias via internet. Uma das críticas é em relação ao salário de fome, com o qual o governo vai contratar emergencialmente os auxiliares e técnicos de enfermagem: R\$ 1.079,49.

Já o Sindicato dos Enfermeiros de Pernambuco (SEEPE/CUT) ameaçou entrar em greve por falta de equipamentos de proteção. Somam já 15 anos sem reajuste salarial. Além da tradicional resposta da justiça, que determinou, no dia 21, a proibição da greve, com multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento, a presidenta do sindicato foi ameaçada em sua casa. Ela denunciou que dois homens armados se apresentaram como policiais civis, na noite de domingo dia 22, e dois carros ficaram nas proximidades de sua casa, até 2h da manhã do dia 23. O síndico foi até um dos carros onde estava uma oficial de justiça, que queria intimar a

presidenta do sindicato.

Uma carta aberta, de 13 de março, da Médica de Família e Comunidade, Eneline Gouveia Pessoa, testemunha também a situação de trabalho dos profissionais de saúde que atendem as periferias, antes mesmo da pandemia. Com o título “Meu Covid-19 é do século XIX” ela conta que contraiu tuberculose em seu trabalho. “Não espero mármore, granito, vidros espelhados. No entanto, hoje percebo que é justo que nos sejam oferecidas condições mínimas de trabalho. Como por exemplo, uma sala onde possa entrar a luz do sol por uma janela, que tenha circulação de ar. Um lugar onde não nos falte cronicamente água para beber ou esporadicamente para lavar as mãos. Sabão. Que não precisemos temer que o teto desabe em nossas cabeças, enquanto fazemos uma refeição. É isso, não temos o mínimo. E hoje, fui diagnosticada com tuberculose”.

Apesar das campanhas para todos ficarem em casa e lavarem as mãos, esta é uma recomendação irreal para a população que se aglomera nos morros, beiras dos rios, canais e bairros proletários, e vive na batalha diária pela sobrevivência. Em Pernambuco, o índice de desemprego chega a 15%. E, entre os ocupados, 48,8% estão na informalidade. Os dados do Bolsa Família em Pernambuco dão a dimensão da vastidão da pobreza no estado. Cerca de 1,179 milhão de famílias recebe o benefício, o que corresponde a 35% da população.

Metalúrgicos

No caso dos metalúrgicos (Sindmetal/CUT), nem houve luta a ser desmontada. Mas o presidente do sindicato aproveitou também seu momento de fama na internet. Nos moldes bolsonaristas, colocou vários diretores de máscaras, e fez o seguinte pedido ao governador: “Articulado com os deputados federais, estaduais e senadores, viemos pedir à vossa excelência que tivesse um carinho com as indústrias, e saísse algum decreto para que possa cancelar as atividades nas indústrias, para que o sindicato possa negociar com as particularidades, de qual empresa precisa ou não funcionar. (...) Peço a vossa excelência esse carinho, porque hoje estamos vivenciando o caos na indústria, e os patrões não têm essa sensibilidade, essa consciência de dar a saúde e o bem-estar aos trabalhadores e suas famílias, para que possamos eliminar juntos, combatendo o coronavírus”. O apelo ao governador mostra bem o tom das maiores centrais. Nada de mobilizar a classe. Nada de independência. Só um apelo servil ao governador. Nenhum setor produtivo manifestou qualquer posição distinta. As iniciativas sobre o que funciona ou não só cabe aos patrões, nas piores condições possíveis para os operários.

CAMPO

Na cidade de Jaqueira, litoral sul de Pernambuco, os camponeses precisaram ir à luta para defender o acesso à água. Nos dias 19 e 20 de março, a empresa Agropecuária Mata Sul S/A começou a instalar uma cerca elétrica no entorno da fonte de água que abastece a comunidade. Em mutirão, as famílias taparam os buracos onde seriam colocadas as cercas. Meses antes, tiveram de fazer o

mesmo contra o cercamento das terras onde plantam. E, no início de março, tiveram de reconstruir uma tubulação danificada por uma retroescavadeira da Agropecuária Mata Sul S/A. Estas ações são parte da intimidação do agronegócio contra as famílias de posseiros. A Agropecuária Mata Sul S/A é arrendatária de parte das terras da antiga Usina Frei Caneca, desde 2017, que está na lista dos 100 maiores devedores Justiça do Trabalho de Pernambuco.

Os povos indígenas, no Nordeste, estão fechando as aldeias, para impedir o contato com o vírus. Já o MST tem mobilizado ações de solidariedade para produzir marmitas à população que dorme nas ruas, junto à Pastoral do povo de rua, e construindo cestas básicas para assentados mais miseráveis.

TRABALHO, INFORMALIDADE E ASSISTÊNCIA

Apesar das campanhas para todos ficarem em casa e lavarem as mãos, esta é uma recomendação irreal para a população que se aglomera nos morros, beiras dos rios, canais e bairros proletários, e vive na batalha diária pela sobrevivência. Em Pernambuco, o índice de desemprego chega a 15%. E, entre os ocupados, 48,8% estão na informalidade. Os dados do Bolsa Família em Pernambuco dão a dimensão da vastidão da pobreza no estado. Cerca de 1,179 milhão de famílias recebe o benefício, o que corresponde a 35% da população. Em 2020, apenas 3% dos novos benefícios concedidos nacionalmente foram destinados ao Nordeste, onde se concentram os maiores índices de pobreza. Para piorar, em meio à crise sanitária, o governo federal anunciou o corte de 158 mil famílias, sendo 61% dessas famílias residentes no Nordeste. Em Pernambuco, foram cortadas 21.970 famílias, em um quadro que já acumulava 192 mil famílias, enquadradas nos critérios oficiais de pobreza e extrema pobreza, que estão na lista de espera. A paralisação da economia que veio junto com a pandemia torna a situação deste grande contingente da população ainda mais insuportável. Os movimentos e organizações que atuam junto a estas populações, como a Frente Favela Brasil, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal, dentre outros, estão fazendo campanhas de arrecadação de recursos para distribuir alimentos e produtos de higiene, além de fazerem ações de “conscientização” sobre a doença. São variantes da política burguesa de que cada um tem de fazer sua parte.

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS RESTRITAS

O governo de Pernambuco tem assumido várias iniciativas, mostrando agilidade no enfrentamento ao coronavírus, em oposição às ações do governo federal. Anunciou a convocatória de 4.729 profissionais da saúde, chamando nomeados em concurso, e abrindo seleções simplificadas. Anunciou também o repasse de R\$ 11 milhões para Saúde e Assistência Social. Fez até uma “requisição” de máscaras em uma loja de equipamentos de saúde, levando as máscaras existentes, e afirmando que indenizará no futuro. Tem decretado a cada dia um limite menor de número de pessoas que podem se agrupar. Primeiro eram 500, depois 50, agora são 10. A prefeitura, que anunciou na manhã do dia 15 a proibição de aglomerações com mais de 500 pessoas, na mesma tarde, enfrentou o ato da direita pró-Bolsonaro, com a prisão do organizador e mais um manifestante por desacato.

Há uma face política bastante perigosa das medidas de enfrentamento ao vírus que, por um lado, fortalece os governantes que

estão agindo como “estadistas”. Cria um clima de coesão social, de unidade sob a liderança das oligarquias e partidos burgueses, reforçando assim as ilusões democráticas e a centralização do poder. Por outro lado, reforça os mecanismos do Estado Policial e a supressão das liberdades democráticas. Desde 21 de março, por exemplo, a prefeitura está monitorando 700 mil celulares para aferir o grau de cumprimento do isolamento social.

Com ou sem pandemia, os trabalhadores (formais, informais, estáveis, precários, com ou sem empregos), os camponeses, os povos indígenas, a juventude pobre, todos terão de lutar para defenderem suas vidas. Os efeitos da crise sanitária potencializarão os da

crise econômica. Os explorados precisarão empunhar bandeiras que defendam suas vidas, empregos, salários e direitos. Precisam recorrer ao método da ação direta de massas. Antes mesmo da epidemia, vimos como a justiça burguesa está negando qualquer direito de greve. Todos os movimentos se defrontaram com a “ilegalidade” e as multas. É um grave erro das direções dos sindicatos e movimentos seguirem a orientação das centrais, de uma grande unidade na guerra contra o vírus. A burguesia mostra em suas ações que usa o clima de guerra para promover uma verdadeira guerra social. Para defender a vida da maioria oprimida, é urgente romper com a política de colaboração de classes.

Rio Grande do Norte

Direção do SINTE/RN segue as determinações das Centrais Sindicais Desmonta a greve dos trabalhadores em educação

Seguindo as ordens das centrais sindicais, a direção do SINTE/RN desmontou a greve dos trabalhadores em educação, deflagrada no dia 04 de março. Passou por cima das deliberações da última assembleia (13/03), que votou pela manutenção da greve. A participação da categoria no ato da greve nacional da educação (18/03) esteve colocada, mas as centrais simplesmente desmontaram, chegando a publicar a hipócrita nota de que “a greve está mantida, mas os atos de rua estão suspensos”.

Em relação à assembleia do dia 13/03, a direção apresentou a proposta de que a próxima assembleia fosse dia 25 de março, e a reunião do comando de greve para os dias 19 e 24/03. Percebia-se que a direção estava jogando um balde de água fria na greve. O governo dizia que iria negociar, a partir do dia 19/03, mas não podia sentar antes com a comissão, pois, não tinha como ter uma proposta. A assembleia reagiu, e votou para que a reunião do comando de greve ficasse para o dia 19/03, e a assembleia para o dia 23/03. Aprovou também pressionar com um ato, no dia 16/03, na Escola de Governo (Centro Administrativo).

A Corrente Proletária atuou no ato da Escola de Governo com o boletim, que seria distribuído no dia 18/03, e com intervenção no microfone, denunciando o desmonte da greve geral. Mostrou que a crise econômica já vinha abatendo o mundo e, em particular, o Brasil, e que o coronavírus só veio agravar esse quadro de recessão. Enfatizou que a burguesia usa a pandemia como causa da queda econômica. E colocou que a defesa de um plano de emergência implica ganhar as ruas. Com o confina-

mento, não é possível defender os empregos, salários e a vida de milhões de pobres e miseráveis.

No entanto, no dia seguinte, a direção simplesmente desmarcou a assembleia do dia 23/03, assim como as reuniões do comando de greve, e todas as demais ações grevistas. Na prática, a direção suspendeu a greve, sem nenhuma discussão com a categoria, em cumprimento ao que determinou a burocracia das centrais sindicais.

Em seguida, na noite do dia 18/03, as centrais convocaram um barulhão pelas redes sociais (no mesmo horário da coletiva de imprensa do governo sobre as medidas relativas à pandemia), afirmando que, assim, todos poderiam participar do protesto, mesmo em quarentena. Essa é a prova mais cabal do seguidismo da burocracia sindical à política burguesa e pequeno-burguesa.

A direção do SINTE/RN, mais cedo, havia encaminhado um ofício ao governo petista, solicitando que as negociações sobre o piso salarial sejam retomadas, assim que a pandemia for controlada. Vale destacar que o governo já apresentou quatro propostas, mas todas foram recusadas, em assembleia, pela categoria. A greve foi a resposta dada aos disparates da governadora Fátima (PT) contra os trabalhadores em educação, depois de esgotadas as negociações de cúpula entre a direção e o governo. Por isso, é importante que, assim que se retomar as atividades escolares, tais negociações sejam submetidas à assembleia geral, que deve decidir sobre o movimento grevista.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rondônia

Coronel Marcos Rocha implementa o militarismo e obscurantismo de Bolsonaro

Os governos sanguessugas continuam impondo os duros ataques e controle sobre os explorados, aproveitando da pandemia do coronavírus, que colocou os trabalhadores em isolamento social. Enquanto os governos da maioria dos estados procuram seguir as orientações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos profissionais da saúde, o governo Bolsonaro passa por cima dessas orientações, e indica o fim do isolamento em nome de que não é possível paralisar a economia. O que gerou um conflito entre governadores e o presidente da República. A crise política se aguçou. Trata-se tão somente de uma disputa interburguesa, porque todos eles estão por descarregar a crise econômica sobre a maioria trabalhadora. O exemplo da aprovação das reformas trabalhista e previdenciária é prova disso.

Nessa disputa interburguesa, o governo de Rondônia, Coronel Marcos Rocha do PSL, fiel escudeiro do presidente Bolsonaro, se silenciou, mas, na realidade, está do lado do presidente e implementando as medidas antipopulares. Na educação, logo após o anúncio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em setembro do ano passado, Marcos Rocha se apressou em lançar esse programa no estado, adotando o exemplo dos demais governos da região Norte. A proposta do governo federal é a de abrir 216 colégios nesta modalidade, até o ano de 2023, começando no ano de 2020. O governo de Rondônia já colocou em funcionamento mais quatro unidades escolares, totalizando nove no estado, das quais uma no município de Rolim de Moura, três em Porto Velho, incluindo a do distrito de Jaci-Paraná, Ariquemes, Ji-Para-

ná, Vilhena, Alta Floresta do Oeste e Ouro Preto do Oeste.

A implantação das Escolas Cívico-Militares por Bolsonaro e seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, se combina com as reformas do ensino médio e os projetos obscurantistas, com base na proposta da “Escola Sem Partido”, e na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Uma armadilha colocada sobre os jovens explorados, porque alimenta a ilusão de um pretense ensino profissionalizante para que possam conseguir o emprego. É uma forma de exercer o controle ideológico sobre os professores. O exemplo ocorrido na escola militar Tiradentes, no início do ano, em que 10 professores foram devolvidos para a Secretaria da Educação, unicamente por manifestarem interesse em participar de uma assembleia do sindicato (Sintero), atesta bem o cerceamento ideológico.

As escolas militarizadas e de ensino reformado, administrado por militares, que utilizam todo suporte financeiro do estado em termos de recursos humanos, materiais e financiamento, supervaloriza a subserviência do militarismo em função de formar mão-de-obra barata e servil para atender à exploração capitalista e, por outro lado, abre também precedentes para fortalecer a mercantilização do ensino por meio de escolas noturnas privadas.

A Corrente Proletária da Educação rechaça as Escolas Cívico-Militares e o controle ideológico da atividade docente. Defende a liberdade de expressão e tem chamado professores, estudantes e pais a rejeitarem mais esse embuste obscurantista e militarista de Bolsonaro e do governo Marcos Rocha.

Sinasefe, Andes e Fasubra criam comitê unificado de mobilização e greve

Aconteceu, nos dias 14 e 15 de março, em Brasília, a 162ª Plenária Nacional (PLENA) do Sinasefe, sindicato dos servidores dos Institutos Federais. Ao mesmo tempo, e também em Brasília, aconteciam plenárias da Fasubra e Andes, com pautas semelhantes, que tratavam da deliberação de uma greve por tempo indeterminado, que vinha de suas bases.

A greve/paralisação do dia 18 era ponto de consenso. Apenas com divergências se seria possível parar, devido aos cancelamentos oficiais das grandes mobilizações, por parte das centrais sindicais e frentes populares.

Estiveram na plenária, em torno de 40 seções sindicais, de norte a sul do país. O principal debate se deu em torno da construção da greve, mas, antes, houve informes de cada uma das seções para avaliar o ânimo das bases. A maior parte das seções trouxe a necessidade de construir a greve por tempo indeterminado, em detrimento das greves/paralisações de um dia que aconteceram na educação no ano passado.

A primeira mesa propunha debater a conjuntura internacional,

mas nos estranhou que, diante de tamanha efervescência ao redor do mundo, a mesa proposta pela Direção Nacional (DN), trataria apenas da Venezuela, com um convidado. Apontamos que uma verdadeira análise de conjuntura internacional, neste momento, deveria partir dos diversos levantes dos explorados ao redor do planeta e, principalmente, na América Latina, Chile, Bolívia, Colômbia, Iraque, etc. Devemos aprender com as experiências concretas dos trabalhadores destes países, que se organizaram no combate aos seus governos, através dos métodos da ação direta, como no Chile, e da greve geral, como na Colômbia, etc. Concluímos que estas lutas têm em comum os ataques do imperialismo, principalmente o imperialismo estadunidense, e que, aqui no Brasil, este ataque se manifesta de forma explícita, através das barreiras alfandegárias, da entrega das estatais, aeroportos, base de Alcântara, etc. Dessa forma, é urgente a necessidade de construir uma frente única anti-imperialista para combater a entrega das riquezas nacionais ao grande capital monopolista.

O debate que se seguiu foi sobre a greve. Em essência, as falas se dividiram entre posições que defendiam a greve por tempo indeterminado o mais breve possível (POR, PSTU e independentes), e outras que defendiam a construção da greve com todo o serviço público (PT, PSOL e independentes). O PSOL chegou ao ponto

de assinalar a necessidade da greve vinculada ao calendário de aprovação da PEC emergencial pelo parlamento, apontando uma pauta de greve que não atende ao conjunto de ataques de Bolsonaro/Guedes, e, mais uma vez, submetendo o movimento de greve à agenda de votação do governo, quando o passado recente mostrou o erro dessa tática, como foi na aprovação da reforma da Previdência. Além disso, a maioria das correntes reformistas, como PSOL e PT, não faz nenhum esforço para enfrentar as reformas da Previdência, trabalhista e lei de terceirização, ou seja, chamam a base para se mobilizar nas vésperas da votação, quando a derrota já é eminente.

A greve/paralisação do dia 18 era ponto de consenso. Apenas com divergências se seria possível parar, devido aos cancelamentos oficiais das grandes mobilizações, por parte das centrais sindicais e frentes populares.

Muitas sessões trouxeram indicativos de suas bases de que seria necessário sair da plenária com indicativo de greve. Ao fim, a decisão foi para não indicar uma data ali, e decidir em conjunto com o Andes e Fasubra. Haveria uma reunião no final do dia entre as três entidades. A deliberação sobre a greve ficou assim: *“construção da greve por tempo indeterminado com o comando conjunto com Andes e Fasubra. Este comando vai determinar o início da greve para o mais breve possível.”* A subjetividade desse “o mais breve possível” está condicionada ao desenvolvimento da crise do Covid-19, fechamento das universidades e mobilização nas bases.

Reunião de organização Andes, Fasubra e Sinasefe

Na reunião de organização das três entidades, houve informes sobre como cada uma encaminhou as pautas naquele dia:

Andes

1. Pela greve docente: 49 favor, 1 contra e 1 abstenção.
2. Sem data. Por conta do covid-19 e pela construção com Fasubra e Sinasefe
3. Construir com Fasubra e Sinasefe.
4. Criação de um comando das três entidades em Brasília.
5. Fazer plenária conjunta domingo (15).

Sinasefe

1. Atividade conjunta das três no domingo.
2. Manter a paralisação do 18, e, onde não for possível, manter as mobilizações.
3. Estado de greve e indicativo de greve (sem data).
4. Comando de construção de greve. Perspectiva de ampliar para além das três.
5. Tarefas para o comando: a) buscar outras entidades. b) construir

uma plenária conjunta com outras entidades, dispostas a fazer a greve.

6. Data da greve: responsabilidade do comando.

Fasubra

1. Mantém greve do dia 18.
2. Greve por tempo indeterminado (sem data, por conta da pandemia).
3. Comando de mobilização unificado.
4. Fazer atividade das três entidades no domingo.

Dessa forma, nesta reunião foi oficializado a formação do Comando nacional unificado de mobilização e greve. A plenária ainda deliberou sobre o adiamento do congresso eleitoral, que estava previsto para maio, passando agora para setembro. No domingo, ocorreu um ato conjunto na Fasubra, onde foi lido um manifesto de abertura do comando, e falas por entidades. O importante desta atividade foi perceber que parte da base, principalmente da Fasubra, estava mais radicalizada com palavras de ordem, que exigia a retirada de uma data para a greve naquele momento. As direções foram obrigadas a radicalizar suas falas para acompanhar as bases.

O que fazer?

Estamos diante de uma situação muito complexa neste momento. Por um lado, temos condições concretas para decretar uma grande greve do serviço público federal, com possibilidade de atingir os servidores estaduais e municipais. As bases destas três entidades estão mobilizadas e pressionando suas direções. Além disso, o governo Bolsonaro/Guedes segue com seus planos de aprovação das reformas, que visam a dar sequência à reforma trabalhista, ampliando ainda mais a exploração do capital sobre o trabalho. Do outro lado, estamos diante de uma pandemia, que, na PLENA, só o POR apresentou elementos políticos e econômicos que explicassem sua dinâmica, que tem provocado uma desmobilização e desmonte dos movimentos já organizados, como o dia 18 de março. As universidades, escolas e IFs estão fechados, dificultando muito a mobilização dos trabalhadores.

Diante desta situação, é papel das bases mobilizadas das três entidades perceber que a pandemia coronavírus é fruto da decomposição capitalista e tem arrastado junto as economias nacionais. Devem perceber que os incalculáveis montantes de recursos acumulados pelas burguesias e pelos países imperialistas, através dos saques as semicolônias, devem ser usados agora para conter a proliferação do vírus. Não devemos aceitar a diretriz dos governos de desmobilizar, abaixar as armas e formar uma “grande corrente solidária”. A solidariedade da classe operária e demais explorados, como os trabalhadores da educação, se dá na luta em defesa dos seus empregos e salários e pela manutenção de seus direitos.



Proletária da Educação
nº 9
Set 2019

Derrotar a barbárie social, que se espalha pela Educação, com o programa revolucionário do proletariado

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Faces políticas do coronavírus

Que as centrais, sindicatos e movimentos não se submetam ao plano burguês de falsa proteção aos pobres e miseráveis

18 de março

Bolsonaro concordou que a manifestação do dia 15 de março em favor de seu governo deveria ser cancelada. Em seguida, os organizadores do ato de dois anos do assassinato de Marielle, que se realizaria no dia 14, tomaram a mesma decisão. As centrais sindicais seguiram a recomendação, desconvocando o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. O governador do Rio de Janeiro proibiu aglomerações, incluindo manifestações. Os meios de comunicação deram voz unida ao ministério da Saúde, bombardeando a população com a campanha demagógica de um País unido contra a pandemia. Nessa circunstância, a ala mais radical do bolsonarismo rompeu a coesão política da unidade nacional, realizando atos em vários estados. Bolsonaro compareceu, saudando sua base ultradireitista.

O que é uma medida cientificamente lógica – a de evitar os elos da transmissão – está sendo usada pelo imperialismo e pelos governos semicoloniais como cobertura à total desproteção das massas, e proteção aos interesses do grande capital, atingido pela retomada da crise econômica e financeira, que não tem como causa o coronavírus.

O fato do presidente não ter se convencido de que a proliferação do vírus é séria indica que a campanha montada pelo seu ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com apoio do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e dos governadores, passou à margem o núcleo governamental. O gesto teatral de Bolsonaro no ato em Brasília foi reprovado pela imprensa, partidos e governadores. Conhecidas vozes aventaram a possibilidade de abertura de um processo de responsabilização do presidente, que poderia levar ao impeachment. Em particular, o governador de São Paulo, João Doria, que serviu ao Bolsonaro, e que, agora, se declara oposição, desde já preparando sua candidatura, acusou-o de irresponsável.

Donald Trump – inicialmente criticado – passou a ser o exemplo de atitude de um governo preocupado com a contaminação e a crise econômica. O discurso de Emmanuel Macron, presidente da França, foi elogiado, por assumir o papel de dirigente do Estado. Angela Merkel restringiu a vida social e o trânsito em suas fronteiras. O que mais chamou a atenção, na atitude de Macron, foi a suspensão do trâmite das contrarreformas, entre elas, a da Previdência, que têm esbarrado no movimento de rua. Esse era o desejo das centrais sindicais no Brasil. Pediram a união nacional contra a pandemia, e suas consequências econômicas. A manifestação do dia 18, que impulsionaria greves, foi desmontada, sem que Bolsonaro e Congresso Nacional respondessem às centrais.

Ao contrário, o ato bolsonarista serviu de apoio à política an-

tinacional e antipopular. A burguesia não cessou a pressão para que novos passos da contrarreforma fossem dados. O coronavírus não amarrrou as mãos do ministro da economia, Paulo Guedes, que reafirmou a necessidade de apressar a entrega da Eletrobras a poderosos grupos capitalistas.

Em seguida ao ato prestigiado pelo presidente, o ministro apresentou o retumbante pacote de R\$ 147,3 bilhões. Indisfarçável propaganda enganosa quanto à proteção dos mais pobres, como é caso do programa “Bolsa Família”, antecipação do 13º salário, e redução do teto de juros do empréstimo consignado. O governo antipopular cortou 4% do orçamento da saúde e 16% da educação. A portaria 2.979, de 2019, do ministério da Saúde, fere o caráter universal do SUS, e sucateia ainda mais a saúde pública. Sobre as condições elementares que resguardam minimamente a maioria oprimida, o desconhecimento foi total.

Um ou outro infectologista e sanitaria lembrou que os pobres e miseráveis estão desprotegidos. As instituições do Estado e os politiquinhos demonstraram preocupação real apenas com os negócios da burguesia. A saúde voltada à maioria, que recebe baixos salários, aos desempregados e subempregados é um luxo a que capitalistas e seu Estado não se podem dar. A minoria rica conta com um sistema de rede privada. Há uma verdadeira segregação social, que se evidencia nos momentos de epidemia e pandemia.

Os cegos de bom coração seguem ou tateiam a campanha hipócrita do imperialismo e da burguesia. Acreditam que as proibições de atividades coletivas vão contornar o problema, ou vão poupar uma parte da população. A experiência, segundo médicos e sanitários, conhecedores e não comprometidos com a política-gem, demonstra que a diminuição do contato reduz o raio da contaminação. O método é lógico e deve ser aplicado. Mas não para ocultar, amenizar ou substituir ações de emergência de proteção das massas. Até ontem, se sabia quantos eram os internados nos hospitais privados, mas não quantos no SUS. Não se tem ideia do que acontecerá com os infectados pobres e miseráveis, se a pandemia se espalhar pelas favelas, cortiços, palafitas e populosos bairros remediados. Basta ver as estatísticas para se constatar que a maioria que morre de dengue e outras doenças coletivas é de assalariados, desempregados e subempregados.

O que é uma medida cientificamente lógica – a de evitar os elos da transmissão – está sendo usada pelo imperialismo e pelos governos semicoloniais como cobertura à total desproteção das massas, e proteção aos interesses do grande capital, atingido pela retomada da crise econômica e financeira, que não tem como causa o coronavírus. Os bilhões de dólares e euros anunciados pelos Estados Unidos e União Europeia, bem como o montante gasto pelo Japão na compra de bônus, vêm ao encontro dos financistas, que especulam abertamente nas Bolsas de Valores.

Os sindicatos, centrais e movimentos têm o dever de mostrar a verdade à classe operária e aos demais explorados. Obrigatoriamente, deveriam estar denunciando a responsabilidade do

imperialismo e dos governos semicoloniais serviçais. No entanto, no Brasil, as centrais desmontaram o movimento do dia 18, sob o argumento de unidade nacional para combater a pandemia. Cessa-se a luta de classes. Acobertam-se os reais motivos econômicos e sociais, que colocam em risco a população. Falseia-se com a ideia de que todas as classes correm perigo. Que, por isso, precisariam se unir contra um inimigo da natureza. O governo, por sua vez, tem de assumir a liderança do combate, e os partidos, sindicatos, etc. se alinhar à campanha governamental.

A resolução das centrais, de 16 de março, critica Bolsonaro, por não liderar “o combate e prevenção à propagação do vírus”. O que equivale a reivindicar que o carrasco do povo cumpra um papel de defesa do povo. Na linha de uma ampla conciliação de classes, “conclamam o “Congresso Nacional, governadores, prefeitos e o empresariado nacional a constituir um canal de diálogo (...)”. E constituir “comitês, em conjunto”, dos sindicatos com o empresariado, “para acompanhar a crise, garantir transparência das ações implementadas, e promover iniciativas visando a reduzir a propagação da doença (...)”. As centrais prescrevem uma lista de medidas – parte delas corretas, como ampliação do tempo do seguro-desemprego, garantia de estabilidade, ampliação da licença maternidade, ampliação do gasto com saúde –, que, no entanto, não dependem da luta de classes, mas da colaboração de classes.

Aos eleitores, vinculados ao PT, PCdoB, PSOL, Solidariedade, que controlam as centrais, não custa pedir “a suspensão do pagamento da dívida pública e a utilização dos recursos para fortalecer a seguridade social (...)”, “suspensão do teto dos gastos” e da “Lei de Responsabilidade Fiscal”. O PSTU, centrista, por meio da CSP-Conlutas, assinou a resolução das centrais, confirmando, mais uma vez, o seguidismo oportunista. Os burocratas sabem que tudo isso não passa de propaganda oportuna diante do governo ultradireitista, que afunda em contradições, e que perde apoio de importantes frações capitalistas. Os oportunistas eleitores, que compõem a ala esquerda da política burguesa, não estão pela defesa da vida das massas, mas sim de seus próprios interesses aparelhistas, que dependem das possibilidades de realização da colaboração de classes.

Bolsonaro, criticado pelos meios de comunicação e pela oposição burguesa, por não cumprir seu papel de centralizador da campanha, mudou de posição. Depois de seu ministro da Economia apresentar um plano – uma fraude em nome dos mais “vulneráveis” –, Bolsonaro conclamou a “união” para “superar o caos (que) só interessa aos que querem o pior para o Brasil”. Uma de suas decisões foi a de fechar, seletivamente, a fronteira com a Venezuela, como tinham feito a Colômbia e o Paraguai. É uma nítida retaliação ao governo nacionalista de Maduro, cuja economia do País mal se agüenta, diante do cerco econômico criminoso imposto pelo imperialismo norte-americano.

A política de conciliação de classes da burocracia sindical desarma a capacidade de luta das organizações operárias e populares para enfrentar a diretriz do governo, diante da pandemia e do aprofundamento da crise econômica. Não se podem equiparar as manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores com festas, praias, festivais, etc. A classe operária e demais explorados têm de

recorrer aos seus meios de luta, sem seguir as prescrições, ordens e proibições, uma vez que o governo e a burguesia não lhes protegerão de fato da proliferação do coronavírus. O pacote de Guedes acaba de dar prova de que, acima de tudo, estão os interesses dos capitalistas, principalmente do capital financeiro.

É preciso rechaçar o chamado à união nacional, por ser uma armadilha montada pelo poder econômico e político dos exploradores contra a maioria oprimida. A tarefa é a de retomar a luta coletiva. É preciso remarcar urgentemente o Dia Nacional de

Luta, sob bandeiras claras de combate ao desemprego, subemprego, terceirização, salário mínimo de fome, bem como às contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

Diante da pandemia, levantar bandeiras emergenciais de proteção à maioria: 1) elevar o orçamento do SUS de acordo com um plano de enfrentamento à pandemia; 2) colocar toda a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS, cujo controle deve passar para as mãos dos trabalhado-

res da saúde e de comitês de bairro; 3) dar às famílias pobres e miseráveis um salário mínimo emergencial, que cubra todas as suas necessidades; 4) proteger a maternidade, reduzindo a jornada de trabalho da mulher; 5) colocar os laboratórios e a indústria farmacêutica sob a centralização do Estado; 6) constituir uma força tarefa médico-hospitalar voltada a atender os pobres e miseráveis; 7) estabelecer um imposto sobre as grandes fortunas, capital financeiro, multinacionais e latifúndios; 8) interromper o pagamento de juros da dívida pública. São oito medidas emergenciais, que de fato protegem os trabalhadores e suas famílias. Por serem emergenciais, são transitórias. A classe operária deve vinculá-las com o programa de expropriação do grande capital, estatização do capital financeiro e nacionalização das terras. É nas condições de crise profunda que, objetivamente, se evidencia a necessidade da revolução social, da transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva, e da constituição de um governo operário e camponês.

Somente lutando com esse programa, é possível organizar um movimento pelas reivindicações emergenciais. Os sindicatos e organizações populares-estudantis devem e podem organizar comitês de base para rechaçar a falsa união nacional e a política de conciliação de classes. É com as massas nas ruas e com a greve geral que os explorados se defenderão, não apenas da pandemia, mas também da crise estrutural do capitalismo. Por um movimento da classe operária e demais explorados, independente da burguesia, para enfrentar a pandemia e as consequências da crise econômica!

***Não à política de “união nacional”
com a burguesia e seu governo!***

***Por um plano emergencial de defesa
da vida maioria oprimida!***

***Constituir os comitês de luta nos locais
de trabalho e nos bairros!***

***Remarcar imediatamente o “Dia Nacional
de Luta”, como dia de proteção
dos explorados!***

Contradições econômicas e políticas da pandemia Esclarecer, para organizar a resistência dos explorados

25 de março

A rápida proliferação mundial do coronavírus e suas consequências para vida humana dão a dimensão de sua extrema gravidade. O avanço do número de casos no Brasil ainda não se estancou e, segundo as informações de autoridades sanitárias, o período de maior incidência está por vir. Não é o caso de repetir os números de mortos fora e dentro do país, uma vez que a imprensa os divulga à exaustão. Interligada à pandemia, manifesta-se a crise econômica. Também nesse caso, vêm sendo divulgadas previsões sombrias, tanto para a economia internacional, quanto nacional.

Estamos diante de um fenômeno que expressa, concomitantemente, duas crises – a sanitária e a econômica. Está aí a dificuldade em separá-las e encontrar as raízes comuns. O caminho para compreender até onde vai uma e outra, e como estão imbricadas, é o de pôr às claras as contradições.

A manifestação do fenômeno natural se realiza em meio e por meio das relações sociais. Está provado que qualquer epidemia, em qualquer época histórica, se caracteriza por estar determinada pelas condições sociais. E essas se caracterizam pelas relações de produção e divisão de classes. A epidemia, por ser uma expressão da natureza, atinge todas as classes. No entanto, a base de sua proliferação se encontra nas massas oprimidas. E as consequências mais nefastas atingem as camadas mais pobres e miseráveis. É o que se observa, desde a febre tifóide, na Grécia, no século V antes de nossa era, e a peste negra, no século XIV. No século XX, a gripe espanhola (1918-1919) se tornou um marco da pandemia mundial. Em nossos dias, a pandemia da gripe Influenza H1N1 causou milhares de mortes no mundo e, no Brasil, centenas, somente em 2009. A dramática estatística do H1N1 não descreve as condições sociais de suas vítimas. Sabe-se, porém, que a imensa maioria é de pobres e miseráveis. Especialistas afirmam que não foi mais devastadora, porque já havia meios científicos para contê-la. O novo Covid-19, ao contrário, está livre para infectar e comprometer os organismos mais frágeis, não apenas por motivo de idade, mas também e, principalmente, por motivo de pobreza e miséria.

A notícia é de que há uma corrida para alcançar a vacina. O que deve ser resolvido pelas multinacionais da área da saúde. Cabe à maioria dos países de economia atrasada aguardar o milagre científico proveniente das potências. Certamente, essa maioria pagará caro pelo medicamento. As pandemias abrem um particular mercado para a indústria farmacêutica e médico-hospitalar. Nem todos os países têm acesso aos avanços da medicina, e poucos podem cobrir integralmente as necessidades da população. Voltamos à contradição social inicial de que os mais explorados e oprimidos arcam com as piores consequências. Isso se dá na relação entre nações opressoras (imperialistas) e nações oprimidas (semicoloniais), bem como entre a minoria burguesa, da qual faz parte a alta classe média, e a maioria oprimida, constituída pela classe operária, camponeses pobres e classe média arruinada. Estão nas mãos das potências, das multinacionais e dos governos a

limitação e a superação da pandemia. As massas estão obrigadas a receber passivamente as medidas ditadas internacionalmente. E os Estados nacionais têm a tarefa de adaptá-las às suas circunstâncias econômicas e sociais. Não é necessário demonstrar a desigualdade que impera diante do fenômeno natural, que começa em um país, no caso a China, e se expande velozmente pelo globo. A burguesia como um todo e o batalhão de burocratas serviçais estão obrigados, por seus interesses de classe dominante, a ocultar e a falsear as contradições, quando estas se manifestam na forma de crise – no caso, de crise dupla.

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos

Estados. Sem o seu partido mundial da revolução socialista, portanto, sem suas seções nacionais, o proletariado não tem como reconhecer as contradições do regime capitalista, que condicionam o curso natural das pandemias. Sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os ex-

plorados ficam à mercê das respostas burguesas, e limitadas aos interesses dos monopólios e do capital financeiro.

É instintivamente natural o temor que provocam as pandemias, inclusive entre os ricos e poderosos, que contam com a proteção material e científica. No entanto, o temor se transforma em terror entre as massas, quando estão sujeitas às ações políticas e econômicas da burguesia. O terror se deve ao fato da maioria oprimida não ter como reagir coletivamente ao perigo natural que as ameaça. A individualização do problema coletivo resulta da política deliberada dos governos burgueses. A partir dessa imposição, o destino de cada um não depende de uma resposta coletiva, mas da ação político-administrativa baixada pelos governos. Noções como “solidariedade”, “cada um deve fazer sua parte”, “a proteção de um depende da proteção de outro”, “união nacional” e “patriotismo” acompanham as campanhas governamentais. Funcionam como máscara ideológica da individualização e das pressões aterrorizantes para que a população se discipline coletivamente às decisões do Estado.

A experiência indicou aos infectologistas que a redução do contato coletivo e o isolamento das quarentenas dificultavam a proliferação do vírus e, portanto, permitiam a realização de seu ciclo com menor consequência para a vida humana. Em outras palavras, tratava-se de modificar, provisoriamente, a vida social, para que o fenômeno natural perdesse o impulso da contaminação, uma medida evidentemente emergencial, que exigia uma resposta estrutural médico-sanitária. Ocorre que essa medida traz consequências econômicas. A maioria, que vive do salário e do trabalho por conta própria, não tem como cumprir o isolamento da mesma maneira que a minoria burguesa e pequeno-burguesa.

A maioria, que vive do salário e do trabalho por conta própria, não tem como cumprir o isolamento da mesma maneira que a minoria burguesa e pequeno-burguesa.

A individualização entra em contradição com as relações de trabalho e as necessidades prementes da maioria. Um método científico comprovado pela experiência não tem como ser compreendido pelas massas, que temem não apenas pelo risco da contaminação, como também pelo risco da falta de recursos materiais. Ou seja, o Estado tem de impor o isolamento pela via do pânico, criado politicamente. Um isolamento compreendido e consentido coletivamente tem de ter uma base material de sustentação. O que não é possível na sociedade de classes.

A pandemia do Coronavírus não traz nada de novo quanto a isso. A particularidade está em que vem expondo mais claramente a incapacidade da burguesia mundial e dos governos nacionais de combaterem a pandemia, sem descarregar sobre as massas a crise econômica, que já vinha despontando bem antes de suas primeiras manifestações. O surto epidemiológico não criou as tendências recessivas da economia mundial, que eclodiram em 2008, e se acirraram a partir do final de 2019. Não é responsável pela superprodução e guerra comercial. Não tem nada a ver com a lei histórica da contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, que, na sua fase imperialista, resulta em decomposição e barbárie social. O que não significa desconhecer que a pandemia, invariavelmente, provoca consequências econômicas negativas.

A burguesia tem responsabilizado o coronavírus muito além de sua capacidade de atingir o funcionamento da economia mundial. Os milhões de postos de trabalho destruídos, desde a crise de 2008, não foram recuperados. Estima-se, agora, uma nova onda de demissões em massa. Em toda a parte, a força de trabalho tem sido desvalorizada. As contrarreformas destroem direitos trabalhistas. A terceirização ganha terreno. Em geral, as condições de trabalho vêm sendo precarizadas. Esse ataque brutal da burguesia sobre as massas não se deve a nenhuma pandemia, mas à crise de superprodução, à tendência de queda da taxa média de lucro dos monopólios, ao agigantamento do parasitismo financeiro, e à guerra comercial. É claro que o fechamento das fronteiras nacionais, devido à pandemia, potencia a crise econômica mundial. Medidas dessa natureza transparecem a incapacidade das potências de encontrar uma solução, que não seja a da superposição dos interesses nacionais sobre os mundiais. No fundo, se encontra o choque entre as forças produtivas e as relações de produção e, consequentemente, a guerra comercial. A pandemia é mundial, mas as tragédias e soluções são nacionais. Refletem a contradição entre as forças produtivas mundiais e as fronteiras nacionais.

A utilização da pandemia como cortina de fumaça para a retomada da crise mundial desaparecerá, assim que o ciclo infeccioso perder força. O desemprego e subemprego estarão em um patamar mais alto. A massa salarial, por sua vez, estará em um patamar mais baixo. Essa contradição reflete a necessidade da burguesia de destruir parte das forças produtivas, nas condições de superprodução e queda da taxa média de lucro dos monopólios. Os países semicoloniais são os que mais arcarão com o processo de desintegração do capitalismo mundial. Os efeitos da pandemia apenas confirmarão a incapacidade da burguesia de proteger a vida das massas. A falência do sistema de saúde da Itália e Espanha – dois países mais afetados na Europa – evidenciou o declínio de velhas potências. Em toda a parte, o sistema público de saúde se encontra pauperizado. E o sistema privado, agigantado. A pandemia torna mais visível o caráter de classe da saúde.

O isolamento e a quarentena podem amenizar os efeitos da pandemia na vida humana, mas não podem evitar a tragédia que se abate sobre os pobres e miseráveis. Em contrapartida, os efeitos econômicos das medidas governamentais recairão principalmente sobre as massas oprimidas. As direções sindicais se submeteram à política de confinamento, que implica demissões, corte de salários, retirada de direitos e proibição ao trabalho informal. Via de regra, essa linha e o terror dirigido pelo Estado foram assimilados pelas esquerdas, salvo alguma exceção. A vanguarda se viu desorientada no turbilhão de tantas contradições. A renúncia dessas forças políticas em organizar a luta de classes, de maneira mais ou menos explícita, contra as ações do imperialismo e dos governos burgueses, expressou as poderosas pressões da burguesia. Não era difícil apresentar um plano de emergência. O difícil é intervir no seio das massas, apavoradas e encurraladas, em defesa de uma resposta proletária própria. O desmonte do Dia Nacional de Luta (18 de março) impossibilitou uma reação coletiva dos explorados contra a ofensiva da burguesia e seu governo, que em nenhum momento cessou os ataques aos empregos e aos salários. A política de colaboração de classes se fez presente por inteiro na desmobilização e no apoio à diretriz de confinamento social. A classe operária atomizada teve o curso de sua resistência às contrarreformas interrompido. A sua passividade favoreceu a arremetida das forças burguesas governistas e oposicionistas.

Tudo indica que esse profundo refluxo será usado posteriormente para o governo e a burguesia darem novos passos, contrários às necessidades mais elementares dos explorados. A vanguarda com consciência de classe deve despertar para a necessidade de retomar a resistência, por meio das reivindicações e dos métodos próprios de luta do proletariado. Tornou-se mais visível a grave crise de direção e a tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Somente sob o programa e a estratégia da revolução proletária, é possível erguer um movimento dos explorados contra o capitalismo em desintegração.

Somente lutando pela transformação da propriedade privada dos meios e produção em propriedade social, é possível vencer a barbárie capitalista!

Somente por meio da luta de classe se imporá à burguesia um plano de emergência de defesa dos empregos e dos salários!

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes!



Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

Ato Político do dia da mulher

Publicamos com atraso um informe sobre o ato político em defesa da emancipação da mulher, aproveitando o dia 8 de março. É o segundo ano que o Partido Operário Revolucionário (POR) prepara, com antecedência, sua participação no Dia Internacional da Mulher. No jornal Massas anterior, expusemos as intervenções do partido nos vários estados. Devido à falta de espaço, não pudemos reproduzir o Manifesto e os textos de Engels e Lênin, que serviram de base para o ato que realizamos no dia 7.

Inicialmente, foi apresentado o Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que contém resoluções e os balanços sobre a crise revolucionária na Bolívia. Em especial, informou-se sobre a resolução dedicada à questão da mulher, que foi discutida nos grupos, e depois no plenário. Discutiu-se, também, o Manifesto do Dia

Internacional da Mulher.

A plenária levantou as inúmeras manifestações da violência e da discriminação sofridas pelas mulheres trabalhadoras. Como síntese, foi destacado o caráter de classe da subordinação da mulher ao homem, e a sua submissão à família como célula econômica da sociedade de classes. Várias colocações desenvolveram a tese marxista de que a emancipação da mulher e o fim de toda discriminação começarão com o rompimento das relações econômicas e sociais capitalistas que a mantêm na condição de escrava do lar. Em seguida, foi lida uma passagem do livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, que evidencia o entendimento de que a opressão que historicamente se abate sobre a mulher é de classe. Nesta edição do jornal Massas, publicamos o Manifesto e passagens das formulações feitas por Engels e Lênin.

Manifesto Dia internacional da Mulher

O capitalismo em desintegração recrudescer a opressão sobre as mulheres É necessário pôr em pé um movimento proletário de emancipação da mulher

8 de março de 2020

As consequências da opressão sofrida pela mulher são bem conhecidas. A violência diária é tão vasta, que não tem sido possível ao Estado e governos acobertá-la. Isso não só no Brasil. Mesmo nos países de economia e cultura mais avançadas, a reprodução da opressão não pôde ser estancada e resolvida. O capitalismo em desintegração obriga a burguesia a atacar ainda mais as condições de existência da maioria oprimida. O que atinge brutalmente as massas femininas.

Em princípio, o alto desenvolvimento das forças produtivas, do conhecimento, da aplicação científica, da educação, etc. constituem a base material para acabar com a velha discriminação, a violência e a humilhação, as quais recaem sobre a mulher. A burguesia, por meio de suas instituições, está obrigada a incorporar nas estatísticas um volume impressionante de assassinatos, estupro, prostituição, tráfico e mutilação.

No “Mapa da Violência”, a mulher tem um lugar destacado. Reconhece-se o assassinato de mulheres como “feminicídio”, para diferenciá-lo do homicídio. Colocado na categoria de “crime hediondo”, a pena ao agressor expressa uma disposição jurídica especial, que enquadra os “crimes de humanidade”.

O Brasil, na condição de país capitalista de economia atrasada, em referências às potências, tem uma legislação adiantada. Em relação a outros países ainda mais atrasados, a qualificação de crime hediondo, e a dura punição ao criminoso, situaram o Estado brasileiro como linha de frente civilizatória. A Lei Maria da Penha, aprovada em agosto de 2006, brilhou na ONU. Foi considerada como exemplo a ser seguido. Em 2015, comemorou-se a queda de 10% no feminicídio.

A aprovação da Lei do Feminicídio (nº 13.104, março de 2015) representou a admissão de que não bastava a Lei Maria da Penha, que era preciso agravar a pena. No final de 2018, a Câmara dos Deputados avaliou que, mesmo assim, não era suficiente, e que era preciso agravar ainda mais a condenação do criminoso. Realizou-se uma CPMI, que apurou a persistência dos assassinatos, estupro, cárceres privados, espancamentos, etc. E concluiu pela necessidade de ser mais duro na pena.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Deputados elaborou um Mapa da Violência Contra a Mulher, ba-

seado em notícias de jornais. De janeiro a novembro de 2018, apurou 32.916 casos de estupro, 15.925 assassinatos e 14.796 casos de violência doméstica em geral. Esses números, certamente, são maiores, por não cobrirem o ano inteiro, e por se basearem em notícias. Há referência de 39.918 estupro, em 2018. De qualquer maneira, a incidência é grande.

Pesquisas mostraram que, entre 2017 e 2018, houve crescimento do feminicídio no país em 4%, a cada 4 horas uma mulher foi morta. Em comparação com 2015, quando se aprovou a Lei do Feminicídio, o aumento foi de 62,7%, sendo que a maioria das mulheres assassinadas era negra (61%). O aumento do feminicídio está ligado ao aumento da violência doméstica, que saltou, de 252.895, para 263.067 casos. Em termos absolutos, o estado de São Paulo é o que mais mata. Em termos relativos, Roraima, Ceará e Acre lideram o feminicídio.

O aborto não é, oficialmente, incluído no Mapa da Violência sobre a mulher. Basta ver essa omissão no estudo da Câmara dos Deputados. Por ser criminalizado, não se têm estatísticas seguras. Há indicação que vai de 503 mil a 1 milhão de abortos anuais. A quinta causa de morte da mulher se encontra no aborto. As igrejas condenam o aborto, e o Estado se submete aos ditames da religião.

A prostituição também não entra nas estatísticas da violência à mulher. Em 2002, o Ministério do Trabalho reconheceu a prostituição, legalizando-a. A distinção entre prostituição, como direito da mulher, e a exploração sexual, como crime contra a mulher, significou reconhecer que essa chaga social não tem como ser extirpada no capitalismo.

A constatação de que as mais diversas formas de violência sobre a mulher não apenas persistem, como tendem a se agravar obrigou aos representantes da burguesia a admitirem o fracasso. Destacam-se duas justificativas: 1) as políticas públicas e os meios materiais para viabilizar as leis de proteção à mulher estão aquém das necessidades; 2) não basta a punição aos infratores; é preciso uma ação educacional e cultural, que parta do Estado. Agora, sob o governo obscurantista de Bolsonaro, as denominadas “ações afirmativas” regredem. As reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização, atingem profundamente as con-

dições de vida das mulheres.

Evidentemente, somente os excessivamente tolos procuram ocultar “os fatores sociais” de tamanha opressão. Basta o fato de que a imensa maioria das mulheres afetadas serem pobres e negras para se observar “os fatores sociais”. Ocorre que é preciso revelar as raízes de classe dos condicionamentos sociais. Não há interesse, nem do reformismo, nem da direita obscurantista, em evidenciar que as inúmeras formas de violência são produtos do domínio da burguesia sobre os meios de produção, e a exploração da força de trabalho.

Nas condições de desintegração do capitalismo, os “fatores sociais” da opressão se agravam. Diante da experiência com os governos reformistas do PT, que impulsionaram as leis Maria da Penha e do Feminicídio, ficou mais clara a impossibilidade da burguesia e seu Estado de reverterem as tendências de recrudescimento da opressão sobre a mulher, homossexual, negro e índio.

As boas intenções do reformismo se converteram em impotência, diante do domínio da minoria burguesa sobre a imensa maioria explorada. Impotência que cedeu lugar à reação obscurantista da ultradireita bolsonarista.

O Mapa da Violência sobre a Mulher da Câmara de Deputados exclui, não apenas o aborto e a prostituição, mas também a discriminação quanto ao emprego e salário. As mulheres arcaram com uma taxa de desemprego de 13,5%, em 2018, e os homens, 11,6%. Em 2016, as mulheres recebiam 72% do salário dos homens. No ano seguinte, passaram a receber 70%. Em vez de diminuir, aumentou a diferença. Em 2001, as mulheres chefiavam lares que somavam 1 milhão de dependentes; em 2015, saltava para 6,8 milhões. No caso dos casais sem filhos, de 339 mil, passou a 3,1 milhões.

A desintegração dos lares pobres e miseráveis obriga a mulher a se tornar arrimo da família. Tem de cuidar da casa, dos filhos, e garantir a sobrevivência. O desemprego do marido recai sobre a mulher, na forma de aumento da pobreza, quando não na desintegração do lar. Em grande medida, essa situação desencadeia a violência no seio da família. É nesse âmbito que ocorre o maior número de feminicídios, estupro, espancamentos e cárcere privado. Aí se encontra o semeio dos abortos clandestinos, mortes e mutilação física das gestantes. As raízes da prostituição se acham nesse semeio das múltiplas tragédias femininas. As estatísticas mostram o quanto a mulher adolescente padece desses males. A dupla jornada golpeia o corpo e as faculdades intelectuais da mulher proletária, e também de um enorme contingente das massas femininas da classe média. A mulher camponesa labuta em casa e na lavoura.

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas permitiu incorporar a mulher na produção social. Abriu caminho para escapar da clausura da casa, no entanto, contraditoriamente, a esmagou com a dupla jornada, com os salários diferenciados, com o desemprego e subemprego. As rupturas nos velhos laços familiares e os anseios de justa igualdade com os homens não libertaram e não libertarão a mulher trabalhadora das relações econômicas, culturais e ideológicas, que conservam a família como meio de sua escravização e, assim, acabam desencadeando as múltiplas formas da violência sobre as massas femininas.

É dentro de casa que se manifestam muitos dos horrores por que passa a mulher, principalmente a proletária. Os dados apontam que o maior número de assassinatos, estupro, espancamentos e agressões morais se dão no seio da família e nas imediações que a circundam. A dupla jornada reforça ainda mais os laços de escravidão da mulher no lar. Não lhe confere a independência econômica, necessária para se igualar ao homem de sua própria classe social.

A burguesia, governos e lacaios do capital admitem verbal-

mente, e com determinadas leis, que é preciso proteger a mulher da violência doméstica. Até mesmo o governo obscurantista de Bolsonaro precisa, politicamente, de se colocar nesse marco burguês. Vale-se do sofrimento da mulher proletária, desempregada, subempregada e favelada, para reforçar os liames da família com a religião. Campanhas hipócritas do tipo “Salve uma Mulher” e “Quando uma mulher perde, a voz todos perdem” são montadas para esconder as reais causas econômicas, históricas e de classe da subjugação da mulher à família como unidade econômica do capitalismo, e demais sociedades de classes que o precederam.

Distintamente, a luta da classe operária por sua emancipação da escravização capitalista corresponde à luta da mulher oprimida por sua libertação da economia familiar. Não se dará um passo pelo fim da subordinação da mulher, e da sua degradação, sem que se rompam as cadeias econômicas e sociais que a aprisionam no lar. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social é a condição para a mulher se igualar socialmente ao homem. A economia doméstica definhará, dando lugar à economia social. O programa da revolução proletária é o programa que corresponde historicamente à libertação da mulher da arcaica cadeia de opressão do homem pelo homem.

A luta da mulher por sua emancipação tem um longo caminho mundialmente percorrido. Via de regra, desviado pelo reformismo, que se apoia nas camadas femininas da pequena-burguesia. A Revolução Russa de 1917 deu um primeiro passo nesse sentido. A restauração capitalista ainda em curso impôs uma regressão, interrompendo o processo de incorporação da mulher na produção social, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. A contrarrevolução burguesa evidencia mais claramente a premissa do marxismo-leninismo-trotskismo de que a submissão da mulher ao lar conserva o encadeamento histórico de sua dependência ao homem.

A defesa da mulher contra a degradação começa por levantar praticamente um programa de reivindicações, que responda a todas as formas de violência e que tenha um conteúdo de classe proletário inequívoco. A tarefa de acabar com a dupla jornada, a discriminação salarial, o preconceito racial-sexual, o desemprego e o subemprego está na base do programa proletário de proteção e de sua emancipação. Essa tarefa responde ao objetivo de proteger a maternidade como função natural e social da mulher. É por essa via que a classe operária tomará em suas mãos o problema do feminicídio, aborto, cárcere privado, prostituição e demais formas de violência.

As mulheres proletárias darão um novo curso ao movimento feminino, hoje predominantemente de classe média, ao encarnarem o programa de emancipação da mulher. Os sindicatos, controlados pela burocracia colaboracionista e venal, são um importante instrumento dos explorados para impulsionar o programa de defesa da mulher. A libertação dos sindicatos da política de conciliação de classes e o retorno da democracia operária é parte dessa tarefa. Enquanto existir o predomínio do reformismo, não será possível pôr em pé um movimento proletário das mulheres. Esse obstáculo será removido pela luta de classes e elevação da consciência socialista de mulheres e homens oprimidos pelo capitalismo.

O desenvolvimento da luta pela proteção e emancipação da mulher exige a construção do partido revolucionário. É por meio dele que se transformam os instintos de revolta dos explorados em consciência e programa de destruição do capitalismo. Nesse dia 8 de março, chamamos as mulheres a se empenharem na construção do partido e na libertação dos sindicatos da política colaboracionista.

Que o Dia Internacional da Mulher se volte pela emancipação de todos os explorados e pelo socialismo!



A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Friedrich Engels, 1884

“O desenvolvimento de todos os ramos da produção — criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos — tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se conseguiu através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e, por conseguinte, a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha de trazer consigo — necessariamente — a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.

Continuamos ignorando, até agora, quando e como os rebanhos deixaram de ser propriedade comum da tribo ou da gens, e passaram a ser patrimônio dos diferentes chefes de família; mas a mudança, no essencial, deve ter ocorrido nessa fase. E, com a aparição dos rebanhos e outras riquezas novas, operou-se uma revolução na família. O provimento da alimentação sempre foi assunto do homem; e os instrumentos necessários para isso eram produzidos por ele, e acabavam sendo de sua propriedade. Os rebanhos constituíam nova fonte de alimentos e utilidades; sua domesticação e sua posterior criação cabiam ao homem. Por isso, o gado lhe pertencia, assim como as mercadorias e os escravos que obtinha em troca dele. Todo o excedente deixado agora pela

produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo, porém, não na propriedade. O “selvagem” — guerreiro e caçador — se conformou em ocupar o segundo lugar na hierarquia doméstica e dar prioridade à mulher; o pastor, mais “suave”, envaidecido com a riqueza, tomou o primeiro lugar, relegando a mulher para o segundo. E ela não podia reclamar. A divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transformava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa — a exclusividade no trato dos problemas domésticos — assegurava agora a predominância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição. Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública.

Discurso no Primeiro Congresso Pan-Russo das Operárias, Lênin, 19 de novembro de 1918

“Em todos os países civilizados, mesmo nos mais avançados, é tal a situação das mulheres que, com razão, são consideradas escravas domésticas. Em nenhum dos estados capitalistas, nem mesmo na mais livre das repúblicas, as mulheres gozam de plena igualdade de direitos.

A República dos Soviéticos tem a tarefa de abolir, antes de tudo, qualquer limitação dos direitos femininos. Para obter o divórcio, já não se exige um processo judiciário: essa vergonha burguesa, fonte de aviltamento e de humilhação, foi completamente abolida pelo poder soviético.

Até hoje, devemos reconhecê-lo, a situação da mulher tem sido a de uma escrava; a mulher, escravizada pelo trabalho doméstico, só pode encontrar a própria libertação no socialismo, quando passarmos da pequena exploração camponesa para a fazenda coletiva e para o comum cultivo da terra.

Somente então, serão completas a libertação e a emancipação da mulher. É uma tarefa difícil, mas já se estão criando comitês de camponeses pobres, e se aproxima o momento em que a revolução adquirirá nova força.

As tarefas do movimento operário feminino na República dos Soviéticos, 25 de setembro de 1919

A situação da mulher, no que se refere aos trabalhos domésticos, ainda continua penosa. Para que a mulher seja completamente emancipada e efetivamente igualada ao homem, é preciso que os trabalhos domésticos sejam atividades públicas, e que a mulher participe do trabalho produtivo geral. Então ela terá uma posição igual à do homem.

Vocês sabem que, mesmo quando existe plena igualdade de direitos, essa opressão da mulher continua de fato a subsistir, porque sobre ela cai todo o peso do trabalho doméstico que, na maior parte dos casos, é o trabalho menos produtivo, mais pesado, mais bárbaro. É um trabalho extremamente mesquinho, que não pode contribuir, no mínimo que seja, ao desenvolvimento da mulher.

Como afirmamos que a emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários, assim também afirmamos que a emancipação das operárias deve ser obra das próprias operárias. As próprias operárias devem ocupar-se do desenvolvimento das instituições desse tipo; e essa atividade das mulheres conduzirá a uma transformação completa de sua antiga situação na sociedade capitalista.

O Dia Internacional da Mulher, Lênin, março de 1921

A revolução bolchevique, soviética, arranca as raízes da opressão e da desigualdade das mulheres de maneira extremamente profunda, como nenhum partido e nenhuma revolução no mundo ousaram arrancar. Aqui, na Rússia soviética, não restou nenhum vestígio da desigualdade jurídica entre homens e mulheres. O poder soviético aboliu por completo a desigual-

dade odiosa, baixa e hipócrita no direito matrimonial e familiar, a desigualdade em relação aos filhos.

Esse é apenas o primeiro passo para a emancipação da mulher. Nenhum dos países burgueses, mesmo entre as repúblicas mais democráticas, ousou dar esse primeiro passo. Não se ousou, devido ao temor diante da «sagrada propriedade privada».

O segundo passo, o mais importante, consistiu na abolição da propriedade privada da terra, das fábricas e das oficinas. Essa abolição, e somente ela, abre caminho para a emancipação completa e verdadeira da mulher, abolição da “escravidão doméstica”, porque assinala a passagem da mesquinha e fechada economia doméstica para a grande economia socializada.

Curso de formação política do POR - USP Opressão à mulher

No dia 11 de março, foi realizado mais um curso de formação política na USP. Devido ao fato do dia internacional da mulher ter se dado havia apenas três dias, resolvemos dedicar atenção ao tema da opressão à mulher, estudando a resolução aprovada na IV Conferência do CERQUI. Alguns dos presentes foram bastante participativos, ora avaliando positivamente a análise materialista e histórica da opressão, ora apontando as diferentes formas como a opressão à mulher se dá cotidianamente, seja pela dupla ou tripla jornada, seja pela desigualdade salarial, seja pela mutilação do direito à maternidade. Uma moça presente pontuou a opressão e discriminação que sofre a mulher no meio científico da universidade. Foi dado destaque aos avanços na libertação da mulher após a Revolução Russa, por meio da garantia ao direito ao divórcio, por meio de lavanderias e restaurantes coletivos, criação dos filhos descentralizada das mães, mas assumida pelo Estado, e especialmente, o fato da Revolução Russa ser a porta de entrada para a mulher voltar a ter o controle sobre os meios de produção, que agora se coletivizava.

No geral, entrevistamos defendendo que a opressão à mulher tem suas raízes na propriedade privada, que se materializa na imposição à mulher de escrava do lar. Que o modo de produção capitalista reintroduziu a mulher às forças produtivas, mas não a libertou de sua condição de escrava da família, ela segue dependente economicamente do salário, ora do pai, ora do esposo. Que, mesmo as mulheres arrimo de família, estão em condição de profunda precariedade, pois, o salário é uma miséria. Defendemos que todos deveriam receber um salário mínimo

vital, como sendo o equivalente a sustentar uma família em todas as suas necessidades mais elementares: moradia, alimentação, educação, saúde e lazer, o que em média, para uma família de quatro pessoas, seria o equivalente a 5 mil reais.

Defendemos a existência de duas respostas antagônicas para a opressão à mulher: a reformista e a marxista. A resposta no campo do reformismo tem assumido formas mais claras no culturalismo, cujas teses principais são a educação e a coerção. Essa tese é defendida desde a ala imperialista até a ala das esquerdas democratizantes. A resposta marxista tem por base o fim da propriedade privada, como pilar para a libertação da mulher, o que pressupõe a revolução proletária.

Indicamos que não estamos mais na época de reformas, e, por isso, que a política que arrasta as mulheres a confiarem no Estado burguês, como o agente de sua libertação, não fazemos mais do que postergar o sofrimento da mulher explorada e oprimida. Isso porque o Estado burguês é antes de tudo a força motriz na manutenção da família, enquanto célula econômica, na qual a mulher é subjugada. Não será por meio de leis protetivas, não será por meio de delegacias da mulher, e nem por meio de cartilhas de “bem educar a conduta masculina” que a mulher encontrará a sua libertação, mas tão somente na revolução e ditadura do proletariado, em que homens e mulheres derrubarão a burguesia do poder, erguerão o poder da maioria, controlarão e se apropriarão coletivamente da produção. A mulher, então, será livre, pois, sua condição de escrava do lar será suplantada.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



Nesta edição:

- **Argentina:** Os governos burgueses são incapazes de responder à crise.
- **Bolívia:** Governo decreta quarentena geral, sem garantir a subsistência de milhares de pessoas no país.
- **Internacionais:** A ofensiva da burguesia mundial exige que a vanguarda encarne a política e o programa do proletariado! Militarização da pandemia - *América Latina:* Confirma-se o avanço da barbárie social
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

21 de março de 2020

Levantemos bem alto as bandeiras do programa da revolução proletária

Todos os governos do mundo foram obrigados a tomar medidas extraordinárias para enfrentar a pandemia de coronavírus.

Invariavelmente, todas essas medidas foram arquitetadas de forma a afetar o menos possível os interesses da burguesia – dos grandes empresários, latifundiários e multinacionais. Os capitalistas viram na crise uma oportunidade para resolver seus problemas de superprodução e baratear seus custos: livrando-se do peso dos encargos sociais, fechando postos de trabalho, diminuindo salários e benefícios. Isso sem ter de enfrentar a resistência organizada dos trabalhadores que foram confinados em suas casas.

Os fatos mostram que é possível prever que a pior parte da crise da saúde será paga pela maioria oprimida do planeta. Isso porque o mundo está baseado na desigualdade e na exploração social, na divisão entre nações opressoras e nações oprimidas e no respeito à grande propriedade privada capitalista, onde a anarquia do mercado se impõe por cima das necessidades da sobrevivência humana.

Testemunhamos que, na sociedade em decadência, como é o capitalismo em sua fase imperialista, toda crise de alguma magnitude tem como resultado agravar os níveis de barbárie e desintegração social. A destruição das forças produtivas (fechamento de postos de trabalho, destruição física da força de trabalho, redução da população mundial etc.), aprovada por alguns setores, é considerada como “benéfica à natureza e ao planeta”.

Cabe ao proletariado consciente propor à humanidade um programa para enfrentar a crise e preveni-la de outras calamidades que devastem a sociedade humana.

Um programa que, partindo das necessidades imediatas, nos leve a soluções estruturais dos grandes males sociais, entre eles a crise do sistema público de saúde.

O nível alcançado pelo desenvolvimento tecnológico e científico, é possível exigir:

1. Que todos os Estados garantam o funcionamento de um sistema único de saúde pública, universal e gratuito, que integre obras sociais públicas, clínicas privadas, laboratórios, etc.
2. Aumento real de salários e aposentadorias, para que cubram os custos de vida da família.
3. Garantir a distribuição gratuita de alimentos, medicamentos e itens de higiene para toda a população. Estatização de grandes fábricas e cadeias farmacêuticas.
4. Suspender o pagamento de aluguéis e impostos, garantir o acesso gratuito a todos os serviços: eletricidade, água, gás, telefone, internet, etc.

5. Rejeitar os planos patronais de demissão, sob a justificativa da crise. Acabar com todas as formas de trabalho precário, informal, e acabar com o desemprego, distribuindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores.
6. Plano de obras públicas, começando com a construção de hospitais, escolas e residências.
7. Concentrar os recursos nas mãos do Estado, expropriando os latifundiários e recuperando a propriedade estatal dos hidrocarbonetos, minerais e empresas estratégicas, para assim planificar a economia de acordo com as necessidades da vida e da saúde humana, e não do lucro capitalista.
8. Estatização do setor bancário e do comércio exterior.
9. Desconhecimento e não pagamento da dívida externa dos países semicolônias.

Corresponde adaptar este programa às particularidades de cada país.

Somente a classe operária e os demais explorados podem responder à derrocada do capitalismo e às suas bárbaras consequências – entre elas, as pandemias. Eis por que estão obrigados a reagir diante das medidas burguesas com seus métodos próprios de luta, e a superar os obstáculos políticos à mobilização coletiva e à sua organização independente. Obstáculos esses levantados pelas direções burocráticas dos sindicatos e pelos partidos reformistas que os controlam. A crise de direção mundial se reflete na capitulação da burocracia sindical aos planos da burguesia e na submissão à bandeira antioperária de união nacional. Está colocada a necessidade de uma firme resistência da classe operária mundial e de suas expressões nacionais. Por cima das particularidades de cada país, que devem ser consideradas pela vanguarda revolucionária, está a defesa do proletariado mundial. Por cima das fronteiras nacionais, fechadas por medidas de interesse dos capitalistas, coloca-se a tarefa de derrotar as diretrizes do imperialismo.

Convocamos a unidade dos proletários e explorados do mundo, para impedir que a burguesia e o imperialismo descarreguem a crise sobre a maioria oprimida. Construir um mundo novo, um mundo melhor, solidário e livre das mesquinhas e barbárie capitalistas. A revolução proletária é a única via para cumprir esse objetivo histórico.

Organizemos a luta em cada país como parte da luta mundial do proletariado e demais explorados!

Argentina

Os governos burgueses são incapazes de responder à crise

1. Não podemos delegar ao Estado burguês algo tão sério como a saúde pública, que já foi abandonada há décadas. É mais do que sabida a deterioração dos hospitais, centros de saúde, falta de insumos, baixos salários, instalações e equipamentos insuficientes para enfrentar uma crise sanitária. Os trabalhadores não podem assistir passivamente, esperando que se resolva em benefício da maioria. Todos os recursos devem ser postos a serviço do atendimento da grave situação que se aproxima.

Os trabalhadores têm um papel fundamental a desempenhar na defesa da maioria. É essencial se manter alertas, organizados e em estado de mobilização, para exigir que se tomem todas as medidas. Formemos os comitês de emergência, porque a burocracia sindical não tem nenhuma independência diante do governo e dos empresários. Insistimos, não podemos delegar nossa saúde a uma classe social que destruiu o sistema de saúde pública, em grandes proporções, nas últimas décadas, com a colaboração das direções sindicais.

2. É necessário que se informe com precisão à população qual é o estado atual da situação. Quantos leitos, quantos respiradores, quantos kits de teste, quantos recursos são incorporados a cada semana. Quantas máscaras para os trabalhadores da saúde, para quantas semanas são suficientes, etc. A Coreia do Sul, país que aparece como aquele que combateu o vírus com maior eficácia, tem 12 leitos para cada 1.000 habitantes, fez mais de 100.000 testes para uma população apenas superior à da Argentina. Todo o sistema de saúde privado, as obras sociais (clínicas, hospitais, sanatórios, laboratórios, etc.) devem ser colocados imediatamente sob um único comando estatal, com intervenção e controle dos trabalhadores. Todos os recursos devem ser utilizados racionalmente. Devem ser incorporados hotéis e prédios apropriados para isolar ou tratar os doentes.

Se não se intervém nesse sentido, os setores de maiores recursos estarão mais protegidos, porque contarão com leitos, sanatórios, respiradores, medicina em tempo e forma. O sistema de saúde privado tem uma orientação que conspira contra a saúde pública.

A taxa de mortalidade deste vírus tem relação direta com a quantidade de equipamentos disponíveis para a atenção, a disponibilidade de máscaras, gel desinfetante, suprimento de oxigênio e aparelhos respiratórios.

Não pode haver surpresa alguma, já existe experiência suficiente sobre como tratar esta pandemia, uma vez que se conhecem quais foram os erros e acertos nos outros países. Nada justifica que não se tomem todas as medidas necessárias imediatamente. A OMS advertia, em setembro do ano passado, sobre a possibilidade de uma pandemia.

3. Temos todo o direito de reconhecer que o Estado é incapaz de enfrentar esta crise.

O novo governo concentrou todos seus esforços na negociação da dívida externa, e não deu resposta às necessidades orçamentárias da saúde e educação, como foi denunciado pelos tra-

balhadores desses setores. Vemos hoje ausência de respostas elementares para combater a dengue. Os inseticidas são caros e de difícil acesso para a maioria. Já há mais de 1.000 infectados. E há setores que já estão saturados, só com essa epidemia. Além disso, os mais de 150 casos de sarampo refletem um retrocesso histórico. Quais são os critérios da Organização Mundial da Saúde para declarar pandemia ao coronavírus e não o fazer mesmo com outras doenças, que afetam milhões no mundo, e matam mais que este vírus?

4. Todos os trabalhadores da saúde, desde aqueles que trabalham na manutenção, motoristas, enfermeiros até os médicos, devem ter garantidas todas as condições para trabalhar sem riscos. Boa parte dos equipamentos de proteção são descartáveis, se utilizados por longos períodos, perdem efetividade.

5. A prioridade não é a rentabilidade ou socorro às empresas, mas a situação de todos os trabalhadores, especialmente daqueles que não podem ficar em casa, porque sobrevivem no dia-a-dia, e, se não trabalham, não ganham nada. Como se pagam a comida, aluguel e serviços? Devemos considerar que a maioria dos trabalhadores é precarizada, e não conta com nenhuma proteção social. E, para piorar, as medidas adotadas aprofundam a recessão da economia. É a situação de todos os trabalhadores, que devem continuar trabalhando em contato massivo com centenas ou milhares de pessoas diariamente, e estão completamente expostos. E é a de todos aqueles que continuam trabalhando nas fábricas, porque a produção não para, e não se garantem as condições de higiene e salubridade mínimas.

6. Os meios de comunicação massivos jogam um papel nefasto, desinformando, criando uma psicose coletiva, ocultando os verdadeiros problemas e sua magnitude. Devem ser denunciados e suas autorizações suspensas para impedir que exerçam esse papel sinistro. Por trás deles, operam interesses econômicos e políticos contrários aos interesses da maioria. A toda hora deve haver comunicados oficiais, centralizados pelos comitês de emergência, constituídos nos locais de trabalho, nos bairros, para orientar com a maior precisão sobre como se está enfrentando a pandemia.

Temos de fazer uso de todos os meios para compartilhar toda informação, nossa própria informação. Em primeiro lugar, a informação transmitida pelos trabalhadores dos centros de saúde. Mas, também as informações de como se estão enfrentando os casos que surgem nos lugares de trabalho, nos bairros. A política da burguesia é convocar todos a se unificarem em torno às políticas do governo, suspendendo todo debate sobre a situação econômica dramática que se vive. É uma permanente exortação ao isolamento, a não ter contato social, a não se reunir, ou seja, um pretexto para impor sistemas de controle da vida cotidiana.

7. A suspensão das aulas, até 31 de março, para minimizar o trânsito, provoca um problema adicional: quem cuidará das crian-

cas? Seus pais terão licenças pagas até essa data? E se não tiverem trabalho registrado, o que farão? É necessário resolver a alimentação de milhares de crianças que se alimentam nas escolas, com a menor exposição e risco. Assim como também de toda a população, que engloba mais de 10% de desempregados, 35% informais, o que agrava ainda mais o quadro de barbárie a que leva o capitalismo. Barbárie que o coronavírus ampliou, nos marcos da crise já existente.

8. Deve colocar-se o conjunto dos laboratórios estatais e privados sob centralização única, para produzir ao máximo de sua capacidade todos os produtos necessários para enfrentar a crise sanitária. É necessário contar com milhares de testes do coronavírus, para que todos os que tenham sintomas sejam atendidos e diagnosticados imediatamente.

As multinacionais farmacêuticas estão esfregando as mãos, como já aconteceu outras vezes, com os fabulosos negócios que podem resultar da fabricação de milhões de vacinas ou outros elementos de aplicação massiva.

Essas empresas devem ser estatizadas, para produzir o máximo possível, com o menor custo. Os empresários aproveitam cada crise para multiplicar seus lucros. Desconheçamos, portanto, as patentes que restrinjam a produção. É necessário implementar urgentemente a produção massiva de respiradores, pois, neste momento, há dificuldades para importá-los, e deles depende que se salvem milhares de vidas.

9. Rechaçamos toda campanha chauvinista orientada a culpar pelo vírus e suas consequências a determinados países ou pessoas oriundas desses países. Rechaçamos toda campanha destinada a mostrar a suposta barbárie dos países orientais como causa do mal.

Denunciamos que a crise mundial, em que aparece este vírus, tem outras raízes: a bancarrota do capitalismo, que não pode superar o desastre de 2008/2009, sua anarquia e caos ameaçam o conjunto da sociedade. A economia mundial já estava em recessão, com uma dívida gigantesca prestes a estourar. A guerra comercial entre as principais potências, que tende a transformar-se em guerra bélica, agravou todos os problemas. Aumentam aos milhões os desempregados, migrantes e famintos no mundo.

Este vírus expõe o abandono da saúde pública nas potências capitalistas, que privilegiam os negócios privados e a redução dos orçamentos da saúde. É necessário planejar e centralizar a economia sobre a base da socialização dos grandes meios de produção, que estão nas mãos de um punhado de capitalistas. Esta tarefa será obra dos oprimidos, com a classe operária à sua frente.

10. As organizações políticas e sindicais têm de tomar em nossas mãos o debate desta situação, e como impor uma resposta em defesa do interesse da maioria, diante do desastre que já vem ocorrendo.

POR, 17 de março de 2020

Bolívia

Governo decreta quarentena geral, sem garantir a subsistência de milhares de pessoas no país

Os empresários podem continuar produzindo, não importando que os operários fiquem doentes

23 de março de 2020

O governo de Añez, à semelhança de outros governos do mundo, decretou a quarentena geral por 14 dias, objetivando reduzir o contágio massivo. Isso por que é impossível que possam enfrentar a sua propagação, devido às deficiências do sistema público de saúde, que não conta com os equipamentos e profissionais suficientes para atender todos os casos que surjam.

Mas, a quarentena não tem de ser respeitada pelos grandes empresários, que ordenam que suas indústrias continuem produzindo, sob a permissão da autoridade do trabalho.

Operários denunciam que os empresários e seus altos gerentes enviaram os trabalhadores administrativos para trabalharem em suas casas, para evitar o contágio, mas, sobre a contaminação dos operários, não há nenhuma preocupação.

Os empresários que acatam a quarentena colocarão estes dias como férias dos trabalhadores, ou descontarão dos seus

salários os dias parados. Outra parte dirá que está em crise, que não pode pagar os salários, e que deve demitir os trabalhadores. Já há denúncias de demissões de trabalhadores no setor mineiro privado.

A grande maioria da população vive no dia-a-dia, vai às ruas para vender diversos produtos, sem essa atividade econômica regular, ficam condenados a morrer, não pelo coronavírus, mas pela fome ou inanição. Assim, várias feiras populares continuam funcionando, quase que normalmente.

A quarentena total não poderá ser mantida por mais tempo, a enorme parte da população que vive como autônomo simplesmente não poderá suportar.

O que ocorrerá, depois destes 14 dias de isolamento total, se a pandemia não for superada?

Estamos certos de que, como resultado da crise econômica capitalista, agravada pela pandemia do coronavírus, que praticamente paralisou o aparato produtivo

mundial, as consequências serão terríveis para a economia nacional, devido à queda dos preços das matérias-primas, cujas vendas alimentam o Tesouro nacional.

E será sobre os explorados que o mundo capitalista necessariamente descarregará o peso da crise.

Os poderes mundiais não temem pela pandemia, mas sim pelo colapso econômico e financeiro. Por isso, os Estados tendem a atuar com maior brutalidade diante das necessidades da maioria pobre, e diante da impossibilidade de resolver os agudos problemas sociais e de saúde.

Agora, mais do que nunca, é imperioso que o movimento operário, aqui e em todo o mundo, se organize como classe, política e independentemente, não só para se defender da barbárie burguesa, mas também para esmagá-la, e enfrentar de uma vez por toda a necessidade de instaurar o socialismo.

Com o por ao socialismo

A ofensiva da burguesia mundial exige que a vanguarda encarne a política e o programa do proletariado

A essência da crise

A paralisia do aparato produtivo e do comércio mundiais se projetavam desde fins do ano passado, quando a explosão da pandemia do Covid-19 atingiu os negócios de ramos inteiros (transporte, turismo, comércio, etc.). Estima-se que se eliminarão 25 milhões de empregos, e os assalariados serão atingidos pela perda de US\$ 3,4 bilhões em seus ganhos, como resultado das políticas aplicadas pelos governos para contornar os efeitos imediatos da crise.

Visando a defender os lucros monopolistas, em meio à quebra geral dos negócios burgueses, os governos ampliam o número de medidas econômicas extraordinárias. Ao mesmo tempo, impõem medidas políticas ditatoriais, para restringir as respostas das massas contra a brutal destruição de suas já miseráveis condições de vida. Eis por que a “quarentena sanitária” é utilizada para impor a ferro e fogo os interesses da burguesia contra os oprimidos.

Pandemia anunciada

Não é a primeira vez que uma pandemia atinge a economia mundial. A SARS produziu perdas estimadas em US\$ 40 bilhões. O Ébola, US\$ 53 bilhões. E o H1N1, entre US\$ 45 e 55 bilhões. Segundo estimativas hipótéticas, se se repetisse o cenário da Gripe Espanhola – que, em 1918, deixou doente um terço da população europeia, e matou 50 milhões de pessoas –, a queda do PIB mundial chegaria a menos 5%. Ou seja: destruir-se-ia completamente uma vigésima parte da riqueza mundial.

Existem ainda conhecimentos estadísticos que permitem prever os ciclos de surgimento de novas pandemias. Entre 2011 e 2018, registraram-se 1.483 focos epidêmicos, em 172 países. Mas, apenas seis deles adquiriram características de pandemia: a gripe-suína, SARS, Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), Ebola, Zika e a febre amarela. Isto é, estoura aproximadamente 1 epidemia por ano. Sabe-se também, soberadamente, que atingem mais violentamente os países de economia atrasada e saqueados pelo imperialismo. O Ebola significou para a Guiné, Serra Leoa e Libéria quedas de 50% no turismo, 51% nos empregos, e destruição aproximadamente de 20% dos PIBs nacionais.

Segundo consta em um documento do Banco Mundial (BIRD) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado “Um mundo em risco”, sabia-se, desde setembro de 2019, que o surgimento de uma nova pandemia era altamente provável. Ou seja, a pandemia do Covid-19 e a crise resultante dessa está longe de ser um fenômeno inesperado. Evidentemente, a explosão de uma pandemia resulta da combinação de inúmeros fatores, nem sempre capazes de serem antecipados. Mas, o documento demonstra que a burguesia conhecia a possibilidade da explosão de uma pandemia, bem como de suas consequências econômicas e sociais. Nada se fez para evitarem as gigantescas

perdas econômicas e as milhares de vidas que se perderam e ainda se perderão.

Lucros em primeiro lugar

No documento acima citado, se orientava os governos a “estar preparados”, investindo aproximadamente um pouco mais de 2 dólares, por pessoa, por ano. Se não fossem tomadas essas medidas, diziam os autores, em caso de uma pandemia, gastariam até dez vezes mais que se tivessem investido antecipadamente; e isso sem contar a perda em vidas humanas. Finalmente, o documento alertava sobre o “caos social” que acompanharia a crise econômica e sanitária.

No entanto, apesar da importância e eficácia dos “custos-benefícios” de uma correta preparação para catástrofes, estas continuarão ocorrendo, na medida em que rios de recursos são drenados para sustentar o parasitismo financeiro, e subsidiar os lucros monopolistas. As perdas, que possam ser produto de novas crises, pandemias e tragédias, serão repassadas às

Visando a defender os lucros monopolistas, em meio à quebra geral dos negócios burgueses, os governos ampliam o número de medidas econômicas extraordinárias. Ao mesmo tempo, impõem medidas políticas ditatoriais, para restringir as respostas das massas contra a brutal destruição de suas já miseráveis condições de vida.

massas na forma de destruição de direitos, salários e empregos. Não é possível conciliar as necessidades das massas – que exigem uma planificação e organização racional dos recursos nacionais e internacionais, para usá-los em benefício da maioria – com os interesses dos capitalistas. E “apesar do coeficiente custo-benefício da preparação, que é favorável ao benefício”, os governos burgueses continuarão subordinados aos ditames do capital financeiro.

EUA no epicentro da crise mundial

Segundo o jornal Washington Post, “está claro que o declínio econômico ... será mais agudo e doloroso que durante a crise financeira de 2008”. Prevê-se que a economia se contrairá em 30%, e que milhões de pessoas perderão seus empregos. Trump foi, assim, obrigado a recorrer ao Congresso, visando a aprovar “estímulos financeiros” de US\$ 1,8 trilhões (R\$ 9 trilhões).

US\$ 50 bilhões serão repassados às companhias aéreas, US\$ 150 bilhões a hotéis e indústria do entretenimento. US\$ 350 bilhões, às pequenas e médias empresas. Será adiada a declaração de impostos de grandes empresas, garantindo-lhes “liquidez” de US\$ 300 bilhões. US\$ 500 bilhões serão repassados (via cheques de mil dólares) aos cidadãos sem seguro médico. Outros US\$ 500 bilhões irão para créditos a empresas e estados. Debate-se a ampliação dos subsídios de desemprego e a redução de impostos sobre a folha de pagamento dos trabalhadores. E o Banco Central (FED) foi habilitado a injetar até de US\$ 4 trilhões na economia, destinados fundamentalmente

à compra de ações das empresas, ao pagamento dos créditos contraídos e também salários.

Esses números estratosféricos potencializarão os desequilíbrios na maior potência, cujos reflexos mundiais serão ainda mais perniciosos, ainda que momentaneamente possam arrefecer as consequências do choque entre as forças produtivas e as relações de produção monopolizadas.

Europa: “salve-se quem puder”

Na Alemanha, o governo de Ângela Merkel aprovou um “orçamento emergencial” de € 656 bilhões: o maior, desde a Segunda Guerra Mundial. € 10 bilhões irão imediatamente para garantir o pagamento dos salários dos trabalhadores afetados pela redução da jornada trabalhista. As empresas nacionais, fundidas com as estrangeiras, serão protegidas com € 100 bilhões, provenientes de um “fundo especial” para a compra de ativos e ações. Os hospitais particulares receberão € 600, por dia, para cada leito oferecido gratuitamente, ou que não esteja ocupado com emergência. Para os leitos de UTI, o subsídio é de € 50 mil.

A expropriação sem indenização dos poderosos grupos econômicos e do capital financeiro é a condição para se opor à “estatização capitalista” e à barbárie. A luta pela estatização revolucionária e pela planificação da economia está condicionada à luta estratégica pela constituição de um governo do proletariado, assentado na maioria oprimida.

Na mesma linha, a Inglaterra prepara um pacote de 360 bilhões de libras. A França aprovou um “orçamento emergencial”, no valor de € 300 bilhões: € 45 bilhões em ajuda direta às empresas, e € 100 bilhões em subsídios diretos e indiretos. A Espanha aprovou um orçamento no valor de € 117 bilhões. A Itália, o país mais atingido pela pandemia, promete bilhões para manter em pé as empresas aéreas, turismo, têxteis e de serviços.

O montante total de € 1,6 trilhões mobilizados em toda Europa se destaca, comparativamente, dos € 250 bilhões (1,5% do PIB europeu à época) mobilizados, em 2008, pela União Europeia. Hoje, cada governo mobiliza somas de dinheiro semelhantes ou superiores apenas para a salvaguardar os interesses de frações da burguesia nacional. A crise põs na ordem do dia o “unilateralismo” do “salve-se quem puder”, fechando com chave de ouro a época do “multilateralismo” e coordenação política europeia. Eis o real conteúdo político do fechamento

das fronteiras nacionais em todo o continente.

“Estatização capitalista”

Dentre o conjunto de medidas, ressaltou a iniciativa da Espanha (o Chile, tudo indica, segue a mesma trilha), de colocar sob o controle do Estado o gerenciamento dos recursos técnicos e humanos dos hospitais particulares. O governo alemão, por sua vez, indicou a intenção de comprar ações de Lufthansa, e arcar com 60% dos salários de seus empregados. A AirFrance pediu ao governo Macron empréstimos estatais, para cobrir seus rombos financeiros, e pagar parte dos salários. O governo francês também cogita a ideia de injetar bilhões de euros como garantia dos empréstimos e créditos realizados pelos bancos. Vimos acima que Trump avança no mesmo sentido.

Apresentada como uma medida extraordinária, na verdade, trata-se de um meio excepcional de salvar a propriedade privada monopolista, e garantir os lucros dos capitalistas. Eis o real significado dos pacotes aprovados pelos governos da Alemanha, EUA, Espanha, França e outros, destinados à compra de ações e ativos das empresas em risco. De forma que a “estatização capitalista” não passa de uma forma de evitar as quebraadeiras. A manobra consiste em transferir para o Estado as dívidas privadas e perdas resultantes da crise econômica.

Se se leva em conta que as dívidas mundiais de todos Estados superam em três vezes o PIB mundial, se compreenderá o quanto essa “operação de salvamento”, via estatização das dívidas e perdas dos negócios, prepara as condições de uma crise ainda mais profunda e violenta. No final das contas, essa “estatização” será descarregada sobre os ombros da classe operária e demais explorados.

A classe operária mundial tem seu programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. Trata-se de aplicá-lo nas condições concretas da crise estrutural do capitalismo. A expropriação sem indenização dos poderosos grupos econômicos e do capital financeiro é a condição para se opor à “estatização capitalista” e à barbárie. A luta pela estatização revolucionária e pela planificação da economia está condicionada à luta estratégica pela constituição de um governo do proletariado, assentado na maioria oprimida.

Avanço da barbárie social na América Latina

Segundo a CEPAL, o ciclo descendente da economia regional perfaz 70 anos. Seus prognósticos indicavam que entraria em recessão ainda neste ano. As décadas de contínuas contrarreformas (trabalhistas, previdenciárias e salariais) agravaram esse quadro, no qual explodem as consequências econômicas e sociais da pandemia. Mas, todos os governos acataram os ditames do imperialismo: salvar os lucros dos monopólios e

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

continuar com os violentos ataques às massas.

Entre 1,5% e 5% dos PIBs serão destinados a “pacotes anticíclicos” de proteção aos interesses dos monopólios. Serão ainda “honrados” os compromissos da dívida externa, que drenam rios de riqueza; enquanto as massas arcam com o desemprego e subemprego, miséria e fome, bem como com a falta de leitos e equipamentos médicos, necessários para combater os estragos da pandemia.

O brutal retrocesso nas condições de vida dos oprimidos e o bloqueio às forças produtivas continentais, sob o peso gigantesco do parasitismo financeiro, criam, assim, um campo fértil para que a crise capitalista e a pandemia combinadas afundem as massas na mais completa barbárie.

Militarização da sociedade

Para impor esses violentos pacotes, tanto nas potências quanto nas semicolônias, os governos burgueses vêm aplicando e aprovando medidas que restringem brutalmente as liberdades democráticas e os direitos políticos das massas. Na Alemanha, proibiram-se reuniões de mais de duas pessoas – o governo recorrerá à força militar para garantir a medida. Nos EUA, um terço da população (84 milhões) está sob restrições militares ao direito de reunião e manifestação (Toque de Recolher). Macron pôs o exército nas ruas da França, para conter o movimento de pessoas. Na América Latina, os governos do Chile, Argentina e Colômbia recorrem ao exército para impor a quarentena forçada. Por toda a parte, se fecham e militarizam as fronteiras nacionais. O Brasil está no mesmo caminho da proibição e militarização.

Pela sua extensão e por arrastar as potências e semicolônias, essas medidas demonstram que se abre uma via de crescente militarização das relações entre as classes. As revoltas operárias e populares de 2019 alertaram a burguesia dos perigos de confluir a crise econômica e política profunda com a radicalização da luta das massas, como se observou no Chile. Quando as graves consequências da pandemia começaram a ser sentidas na economia, generalizou-se a campanha “terrorista” da imprensa monopolista em favor da imposição da quarentena forçada. A burguesia tomou a iniciativa, e desenvolveu uma ofensiva ideológica, visando a criar as condições políticas para esmagar qualquer reação das massas. Contou com a colaboração das direções sindicais burocráticas e do reformismo. Nota-se que a pandemia está sendo utilizada pelos governos, em todos os países, para refluir e estancar as tendências de luta do proletariado mundial e demais explorados.

Em grande medida, essa política se tem imposta devido à crise de direção mundial do proletariado, o que ressalta a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Política do proletariado

O capitalismo se encontra em avançado estágio de decomposição. Suas relações sociais, seus métodos e suas fronteiras nacionais estrangulam a possibilidade da humanidade combater as tragédias e dar um salto à frente, criando as condições – materiais, sociais e culturais – para acabar com a barbárie em todas as suas manifestações. As massas têm tudo a perder com a submissão à política burguesa, com a paralisia e com a renúncia em desenvolver suas próprias formas organizativas e democráticas, para decidir e agir coletivamente em defesa de suas condições de vida.

A classe operária e os demais oprimidos devem romper com a paralisia, imposta pela política de colaboração de classes, e encarnar um programa de reivindicações emergenciais e de combate às medidas ditatoriais. A quebra da paralisia, ou virá de explosões espontâneas, instintivas, ou com a intervenção da vanguarda revolucionária. Devido à crise de direção, a tendência dominante é a dos levantes instintivos, que passam por cima dos aparatos burocráticos sindicais, e se chocam com os governos. Em meio à pandemia, ficou claro que a burguesia não tem como canalizar uma massa de recursos para amenizar o desemprego, subemprego, miséria e fome. Desde já, as condições objetivas exigem uma reação dos explorados para se defenderem. O fato de refluírem sobre a pressão da burguesia e da colaboração da burocracia sindical, certamente, retarda a necessária reação.

O programa proletário de emergência somente se materializaria se as massas ganhassem as ruas, e rompessem a

camisa de força do confinamento. Por enquanto, tudo indica que continuarão prevalecendo as pressões da burguesia e a política de colaboração de classes. É dever da vanguarda revolucionária, manter a propaganda e agitação do programa de emergência, de forma a romper o cerco do Estado burguês às massas, e preparar as condições para o retorno das mobilizações. No momento, é obrigatório denunciar a política da burguesia, a colaboração dos reformistas, o seguidismo da esquerda centrista e a capitulação da burocracia sindical. Essa linha, para ser desenvolvida no seio dos explorados, depende de a vanguarda defender o programa da revolução proletária e o internacionalismo marxista-leninista-trotskyista.



É dever da vanguarda revolucionária, manter a propaganda e agitação do programa de emergência, de forma a romper o cerco do Estado burguês às massas, e preparar as condições para o retorno das mobilizações. No momento, é obrigatório denunciar a política da burguesia, a colaboração dos reformistas, o seguidismo da esquerda centrista e a capitulação da burocracia sindical.

A MILITARIZAÇÃO DA PANDEMIA

A cada dia que passa, cresce e se estende a militarização das relações políticas entre as nações e as classes sociais. Internacionalmente, se impõe o fechamento das fronteiras: a passagem de pessoas e mercadorias de um país a outro se apresenta como um perigo à economia e à nação. Internamente aos países, por sua vez, se controlam as aglomerações e deslocamentos dos trabalhadores.

Na Alemanha, se proibiram as reuniões e o exército impôs restrições às liberdades democráticas, o que lembra a Segunda Guerra Mundial. Na Inglaterra, se proibiram reuniões, e somente se sai de casa com a autorização do governo. Na Espanha e Itália, os exércitos são a ponta de lança do “combate à pandemia” e das prisões contra aqueles que não cumprem as ordens. Na América Latina, Panamá, Colômbia, Uruguai, Argentina, Brasil, Peru e Equador se militarizam as fronteiras, e suas Forças Armadas exercem o controle sobre os deslocamentos econômicos e sociais.

O caso mais emblemático, dentre as potências, é o da França. As detenções e penas de prisão somam-se às multas a quem violar a quarentena. Com as devidas proporções, o mesmo se aplica ao Chile semicolonial. O governo decretou quarentena e toque de recolher em dez regiões, desde 22 horas até às 5 da manhã. Mais de 200 pessoas são detidas, todos os dias. Para o deslocamento entre cidades e regiões, é preciso de permissão especial. No entanto, as medidas militarizantes e repressivas não detiveram as manifestações. Portuários, operários da construção civil e da agroindústria, bem como mineiros, paralisaram as atividades, exigindo condições de saúde para evitar os contágios. O governo tem reprimido, e, agora, avança a militarização desses setores estratégicos, em benefício dos lucros dos monopólios e dos interesses gerais do imperialismo.

Destacamos esses dois países, não apenas por representarem

uma constatação prática de como potências (nações opressoras) e semicolônias (nações oprimidas) agem sob a mesma diretriz geral, como também por expressarem dois pontos altos, mais recentes, da luta de classes, em resposta às contrarreformas.

Na França, a gigantesca greve operária de julho de 2016 pôs o proletariado à cabeça dos embates contra o governo, e assinou uma nova fase da luta de classes. A greve dos transportes de 2019, e o movimento dos “Coletes Amarelos” indicaram a permanência das tendências de luta. Por sua vez, a crise de governabilidade no Chile e na Bolívia alertou a burguesia latino-americana sobre as dificuldades de esmagar os levantes pela via da repressão. É nesse quadro que se desenvolvem as tendências de luta nas massas, impulsionadas pela pobreza e miséria.

Ocorre que as massas mundiais, instintivamente, sentem que não podem permanecer desmobilizadas, diante dos efeitos da crise econômica e das contrarreformas. As tendências de luta, no momento, esbarram na pandemia do Covid-19 e nas ações dos governos de proteção aos capitalistas. Tudo indica que as “armas da guerra” (limitação das liberdades democráticas, restrição aos movimentos das massas, etc.), utilizadas sob pretexto da pandemia, não serão desmanteladas após a crise sanitária. Serão mantidas contra as massas que, sem dúvida, sairão à luta para recuperar tudo o que lhe foi retirado.

Qualquer passo dado pelo proletariado e demais oprimidos em erguer seus próprios organismos e decidir quais medidas e reivindicações o protegerão da tragédia sanitária será importante para romper a paralisia imposta pelos governos e pelas direções capituladoras. A vanguarda com consciência de classe deve trabalhar nesse sentido, desde já. Não se pode esperar o fim da pandemia para reagir à paralisia dos explorados e às medidas ditatoriais da burguesia.

América Latina

Confirma-se o avanço da barbárie social

Um estudo da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) caracterizou o período de 2014-2020 como o de menor crescimento econômico dos últimos 40 anos. O organismo elevou também, de 40 para 70 anos, o ciclo descendente da economia latino-americana. Prognostica ainda que o crescimento previsto para 2020 (1,3%) será insuficiente para reverter a queda dos últimos cinco anos, e a virtual estagnação (0,1%) que caracterizou o ano 2019.

As tendências recessivas foram puxadas, de um lado, pela retração da indústria no conjunto do PIB continental, condicionado pela desindustrialização e “primarização” das economias nacionais. E, de outro, pelo fato de que o “Super-ciclo” das matérias-primas, “catalizador do crescimento regional”, nas últimas décadas, “acabou abruptamente”, em 2014. O que passa a pesar enormemente nas balanças de pagamento dos países do continente.

Esse desastre se refletiu na vida das massas, com queda na renda per capita da população, que caiu 4%, nos últimos

4 anos. Principalmente causada pelo Brasil (-8%), Argentina (-6%) e Venezuela (-60%). As estatísticas apenas discriminam o porcentual geral distribuído entre toda a população. O certo é, porém, que a queda recai principalmente na participação dos explorados na riqueza nacional.

É conhecido que a participação no PIB dos 50% mais pobres da população está na casa dos 20%, enquanto os 10% mais ricos abocanharam aproximadamente 60%. 1% dos grandes capitalistas detém cerca de 50%. Basta observar que, há 50 anos, era de 40%, para se compreender como o ciclo de 70 anos de contínua queda (com conjunturais refluxos) das economias latino-americanas se traduziram e traduzem na ampliação do fosso que separa a riqueza, concentrada em uma ultraminoria, e a miséria e pobreza da esmagadora maioria dos oprimidos.

Isso se explica pela lei econômica que, na época monopolista do capitalismo, impulsiona a concentração crescente da riqueza. Explica-se, por outro lado, pelas violentas mudanças operadas nas relações entre a força do trabalho assalariada e os

grandes capitalistas. O longo percurso, de mais de cinco décadas de contínuas contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e salariais, agravaram a miséria e pobreza geral. A precarização das condições trabalhistas, a ampla terceirização, a destruição de antigas conquistas e direitos, os contínuos cortes e ajustes orçamentários, dentre outras medidas, orientadas a garantir a taxa dos lucros monopolistas e o parasitismo financeiro, desde que explodiu a crise capitalista mundial, em 2008, potenciou ainda mais o violento retrocesso na renda per capita dos assalariados e demais oprimidos.

É o que reconhece a própria Cepal, embora em termos técnicos, quando assinala que *“a tendência à precarização”* dos empregos, os altos índices de desemprego e subemprego manterão elevadas as tendências de declínio econômico geral (*“desaceleração geral e sincronizada”*). Preocupa à Cepal o fato de que *“o menor dinamismo da demanda interna se viu acompanhado por uma baixa da demanda externa, um cenário a que se somam as crescentes demandas sociais e pressões para reduzir a desigualdade”*. Isso significa que o avanço das contrarreformas se choca com as necessidades elementares das massas, e provoca revoltas instintivas.

Trata-se do agravamento das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e o predomínio da grande propriedade monopolista dos meios de produção, bem como dessas com as fronteiras nacionais. O que propõe a Cepal para equacionar tais contradições que decorrem da desagregação do capitalismo? Eis: *“uma política fiscal ativa, focada na reativação da economia e na redução da desigualdade estrutural”*. Mas, o que significa desenvolver uma *“política fiscal ativa”*? Mudar o caráter regressivo dos sistemas impositivos, que acabam recaindo fundamentalmente sobre o consumo de produtos e serviços básicos dos assalariados e demais oprimidos. Mas, nenhum governo burguês está disposto a impor impostos progressivos ao grande capital. E, mesmo se o fizesse, não resolveria as contradições estruturais, que levam o capitalismo da época imperialista à desintegração e à barbárie social. E o que fazer com a sangria das dívidas externa e pública? Nenhum governo burguês que esteve ou está no poder pode desconhecer a dívida externa, e reverter o quadro de parasitismo financeiro. O que aliviaria esse peso que carregam os países semicoloniais.

No entanto, acha-se aqui um aspecto fundamental que explica o retrocesso geral das economias nacionais das semicolônias em América Latina. A própria Cepal o demonstra: a dívida externa subiu mais de 7% (36% a 43%), desde 2014. O quadro é ainda mais preocupante, se se observa que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, carros-chefes das forças produtivas

latino-americanas, têm os maiores níveis de dívida em relação ao seu PIB. Nesses países, por outro lado, é onde mais as tendências recessivas e de desindustrialização têm ganhado força. O que demonstra claramente que o parasitismo financeiro é a trava mais poderosa ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais e continental.

O fim do ciclo dos governos nacional-reformistas no continente, com as devidas proporções e diferenças, demonstrou que não há espaço na fase imperialista para reformas sociais e econômicas que possam impor um freio ao parasitismo e favorecer às massas. Os governos que posaram de *“nacional-desenvolvimentistas”*, de *“democráticos e populares”*, estiveram por anos à frente de inúmeros mandatos, contribuindo para que o processo assinalado pela Cepal desse um grande salto à frente. Nada fizeram para que as nações rompessem com as cadeias da opressão nacional, e garantissem ao proletariado e demais oprimidos uma significativa e duradoura melhoria de sua existência.

Reconhecer as bases materiais do problema é parte de achar a solução. Eis por que os marxistas são obrigados a compreender que, enquanto o capitalismo estiver em pé, a tendência é a de se aprofundar o fosso entre a ultraminoria riquíssima, e a maioria de pobres e miseráveis, o que contribui para atravancar e destruir parte das forças produtivas, uma vez que força de trabalho é um de seus componentes. Não há como romper o círculo vicioso assinalado pela Cepal, sem operar uma ruptura revolucionária com a grande propriedade privada monopolista, e acabar com a submissão nacional ao imperialismo.

Somente o proletariado pode realizar essa tarefa e desenvolver as gigantescas potencialidades das forças produtivas continentais. É sobre a base de um plano único e racional de produção continental, orientado a desenvolver harmonicamente suas forças produtivas internas, e servir às massas, em seu objetivo de satisfazer todas suas necessidades, que se poderão criar as condições para o futuro desenvolvimento completo, abrangente e harmônico entre os homens, e entre estes e a natureza.

O programa que expressa essa tarefa estratégica é o dos estados Unidos Socialistas de América Latina. A vanguarda tem a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista. É parte desse imenso problema histórico a crise mundial de direção revolucionária. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista deve não apenas ser reconhecida. É preciso um esforço concentrado para reerguer o internacionalismo proletário, que se sintetizou na fundação da III Internacional, sob a direção de Lênin e Trotsky.



**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Participação do Comitê de Enlace para Reconstrução da IV Internacional
Rio de Janeiro, agosto de 2019 - RS 5,20

**Agrava-se a crise
mundial do capitalismo**

**Somente o proletariado pode encarnar
o programa da revolução socialista**

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas
impostas pela burguesia, desenvolver as tendências
de luta dos explorados, com suas reivindicações, método
da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa
o avanço da crise mundial e seus
reflexos na América Latina.
O Boletim é um instrumento voltado
à reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional.





Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 605, mostramos a resposta de Lênin a dois dos principais dirigentes dos bolcheviques, Kamenev e Zinoviev, que passaram a fazer a oposição à necessidade do partido preparar imediatamente a insurreição. O choque de posição transbordou em uma perigosa crise interna. Kamenev e Zinoviev não se limitaram a desenvolver a divergência no seio do partido, passaram a expor a divergência externamente, publicando uma declaração contrária à insurreição no jornal Nóvaia Zhizn, em 18 de outubro de 1917. Poucos dias antes, no dia 11, divulgaram uma carta “Sobre a situação atual, aos comitês do POSDR de Petersburgo, Moscou, regional de Moscou, regional da Finlândia, e aos grupos bolcheviques do CEC dos Sovietes, e ao Congresso dos Sovietes da Região do Norte”, incitando a militância a se insurgir contra a resolução do Comitê Central, de 10 de outubro.

A divulgação da resolução sobre a preparação da insurreição pôs em perigo a ação revolucionária dos bolcheviques. Nesse mesmo dia, Lênin enviou à direção a “Carta aos membros do partido dos bolcheviques”, caracterizando a atitude política dos dois camaradas como um crime. O acontecimento evidenciou a violação da democracia interna e, assim, o método de funcionamento do partido marxista. Eis a formulação de Lênin: *“Incrível! Nas células do partido, sabe-se que o partido vem discutindo o problema da insurreição, desde setembro. Ninguém ouviu jamais falar de nenhuma carta ou circular das pessoas nomeadas. E hoje, na véspera poderia dizer-se, do Congresso dos Sovietes, dois destacados bolcheviques se levantam contra a maioria e, evidentemente, contra o CC. Isso não é dito abertamente, mas o dano à causa é tanto maior, pois, falar com insinuações é mais perigoso ainda”*.

A surpreendente atitude dos dois dirigentes expressou as pressões externas, exercidas pelos mencheviques e socialistas revolucionários, principalmente. É bom lembrar que, como demonstramos anteriormente, Lênin teve de travar um combate às forças que se opunham à organização da insurreição e, portanto, que sustentavam o governo de Kerenski, quando este estava completamente isolado da classe operária, dos camponeses e dos soldados. Em nenhum momento, Kamenev e Zinoviev expuseram suas divergências às posições de Lênin. Ficaram calados, como se tratasse apenas de uma reação teórica de Lênin aos mencheviques e socialistas revolucionários. No momento em que o Comitê Central aprovou a resolução orientando o partido a preparar o levante armado, Kamenev e Zinoviev, que haviam votado contra, reagem prontamente como sabotadores e delatores da decisão. Essa tarefa exigia absoluta disciplina, planejamento e sigilo.

Essa lição desse importante episódio da Revolução Russa passou a fazer parte da concepção e do método leninista de construção do partido. Diante da grave violação do centralis-

mo democrático, Lênin conclui: *“Consideraria vergonhoso, de minha parte, vacilar em condenar esses ex-camaradas devido às minhas estreitas relações anteriores com eles. Declaro, abertamente, que já não considero camaradas nenhum dos dois, e que lutarei com todas minhas forças, tanto no CC como no Congresso, para conseguir sua expulsão do partido”*. E argumenta: *“Um partido operário, que, no curso dos acontecimentos, enfrenta, cada vez com mais frequência, a necessidade da insurreição, não pode cumprir essa difícil tarefa se, depois de serem aprovadas as resoluções não publicadas por sua direção central, são discutidas na imprensa alheia ao partido, e se introduzem, nas fileiras dos combatentes, vacilações e confusão. Que os senhores Zinoviev e Kamenev fundem seu próprio partido, com dezenas de indivíduos que perderam a cabeça, ou com candidatos à Assembleia Constituinte. Os operários não se incorporarão nesse partido, pois, a primeira consigna dele será: ‘Os membros do CC, que, em uma reunião do CC, foram derrotados no problema do combate decisivo, estão autorizados a usar a imprensa alheia do partido para atacar as resoluções não publicadas do partido’”*. De forma didática, Lênin mostrou a grave e completa inconsequência dos dois antigos dirigentes quanto à compreensão do funcionamento do partido marxista. No dia 19, Lênin retomou a questão na “Carta ao Comitê Central do POSDR-B”.

Zinoviev e Kamenev recorreram a evasivas justificativas. Zinoviev, em uma carta, afirmou que não havia senão exposto uma opinião dissidente. A leviandade salta aos olhos. Lênin utilizou o exemplo da decisão sobre uma greve, explicou que *“se pode fazer propaganda em pró e contra; mas que, depois de uma resolução em favor de uma greve (com a resolução complementar de ocultá-la do inimigo), fazer propaganda contra a greve é uma atitude de fura-greve!”*.

Lênin insistiu na obrigatoriedade de se ter uma decisão sobre o acontecido. *“Não me é fácil escrever isto sobre velhos camaradas íntimos, mas consideraria como um crime toda vacilação a respeito, pois, um partido revolucionário que não pune os fura-greves notórios está perdido”*.

Em 22 de outubro, Lênin enviou uma “Carta a I.M.Sverdlov” exigindo uma resposta à questão Zinoviev e Kamenev. Assinalou que a direção estava protelando a decisão com a proposta de levar a questão ao tribunal do partido. Lênin se achava em clandestinidade absoluta. Segundo a nota nº 24, das Obras Completas, tomo XXVII, Sverdlov admitiu a gravidade da violação, mas se colocou contra a expulsão. Stalin também se opôs. Assim, Kamenev e Zinoviev ficaram proibidos de fazer qualquer declaração contra as resoluções do Comitê Central, em particular, Kamenev foi destituído do Comitê Central. Lênin manteve sua posição, expressa na carta a Sverdlov.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org